

**NOTAS
EXPLICATIVAS
2020**





1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

O Município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com uma população de 539.354 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o município mais populoso de Rondônia e o terceiro mais populoso da Região Norte.

A Prefeitura de Porto Velho, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. Sete de Setembro, N° 237, Centro, Prédio do Relógio, nesta Capital, realiza suas funções por meio da Administração Pública composta pelos seus órgãos que compõem sua estrutura, agentes e entidades (fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes), que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Prefeitura de Porto Velho tem em suas operações a natureza predominante da prestação de serviços públicos, contando para tal mister as atividades principais, quais sejam a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de operações de créditos e as transferências voluntárias e a execução de despesa orçamentária para atender às suas finalidades precípuas.

A organização administrativa da prefeitura em 2020 apresenta a seguinte estrutura:

FUNDOS

Fundo Municipal de Saúde – FMS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS foi instituído por meio da Lei Nº 944, de 03 de abril de 1991, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Criado por meio da Lei Complementar Nº 510, de 26 de dezembro de 2013 e, regulamentado pelo Decreto Nº 5.681, de 05 de fevereiro de 2019, é instrumento captador e aplicador de recursos a serem utilizados de acordo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao qual é vinculado.



O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados às ações de garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, as quais referem-se, prioritariamente a programas e projetos que visem o atendimento aos direitos ameaçados ou violados destes.

AUTARQUIAS

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM foi instituído como órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social de Porto Velho. Possui personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, incumbindo também, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e ainda prestar assistência médica, hospitalar, odontológica e social a seus beneficiários, em fundo assistencial específico, nos termos da legislação.

A partir de 2019, em cumprimento à determinação contida no Acórdão AC1-TC 00742/18 referente ao processo 01618/17 TCER, de 19.06.2018, foi promovida a separação contábil dos planos previdenciários – Plano Financeiro (CNPJ 28.918.321/0001-99) e Plano Capitalizado (CNPJ 28.918.276/0001-72) – em atendimento da legislação e transparência das informações previdenciárias devido à segregação de massa dos segurados.

Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH

Criada em 24 de abril de 2017 por meio do Decreto nº 14.461, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 661 de 07 de abril de 2017, a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública tem entre suas atribuições, a incumbência de receber o investidor e promover as articulações entre os entes públicos e os privados, necessárias para o desenvolvimento do Município e, é vinculado, por cooperação, ao Gabinete do Prefeito do Município de Porto Velho.

O Serviço Social Autônomo tem como atribuições: I - promover o ambiente de negócios; II - promover o desenvolvimento e melhoria da competitividade do Município; III - articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, redução das desigualdades regionais e inovação tecnológica; IV - atender o investidor no desenvolvimento do ambiente de negócios; V - atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Município; VI - acompanhar o



desenvolvimento da atividade empresarial após a instalação da empresa; VII - prospectar, no Brasil e no exterior, oportunidades de investimentos no Município; VIII - disponibilizar informações que contribuam para o desenvolvimento do Município; IX - promover a imagem do Município como destino de investimentos; dentre outras conforme disposto no Art.4º da Lei nº 661 de 04/04/2017.

FUNDAÇÕES

Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL

A Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada ao Gabinete do Prefeito, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, aperfeiçoar e desenvolver a Cultura e a Arte no Município de Porto Velho.

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR é pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos relativos ao desenvolvimento urbano, auxiliando a Municipalidade no cumprimento de suas atividades/obrigações;

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não possui capacidade contributiva, pois não distribui lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares nem têm por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao Poder Público Municipal, não recebendo contraprestação ou pagamento de taxas (espécie tributária) ou tarifa (preços públicos), vez que executa serviços públicos gerais (coletivos, indivisíveis), custeada com recursos municipais que lhe são destinados por meio de Leis (PPA, LDO e LOA), sendo a fonte de tais recursos o próprio tesouro municipal (produto da arrecadação dos impostos gerais e COSIP);

A consolidação das contas municipais incluem toda movimentação contábil dos órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal de Porto Velho, relacionados a seguir no quadro 01.



Quadro 01 – Relação Nominal de Órgãos Consolidados

U. G.	Nome da UG	CNPJ	Unidade Jurisdicionada TCERO-SIGAP
Órgãos da Administração Direta			
0000	Prefeitura de Porto Velho	05.903.125/0001-45	37
0004	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	11.155.765/0001-17	165
0005	Fundação Cultural de Porto Velho	07.219.320/0001-86	134
0008	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Porto velho	32.482.383/0001-78	518
0009	Secretária Municipal de Educação	30.643.740/0001-40	520
Órgãos da Administração Indireta			
0002	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho	34.481.804/0001-71	125
0003	Fundo de Assistência a Saúde de Porto Velho	34.481.804/0001-71	166
0007	Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho	04.763.223/0001-61	135
0010	Fundo Previdenciário Financeiro do IPAM de Porto Velho	28.918.321/0001-99	516
0011	Fundo Previdenciário Capitalizado do IPAM de Porto Velho	28.918.276/0001-72	517
0012	Agencia de Desenvolvimento do Município de Porto Velho	27.759.217/0001-36	543
Poder Legislativo			
0001	Câmara Municipal de Porto Velho	04.107.678/0001-29	89

Fonte: SIGAP Corporativo

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

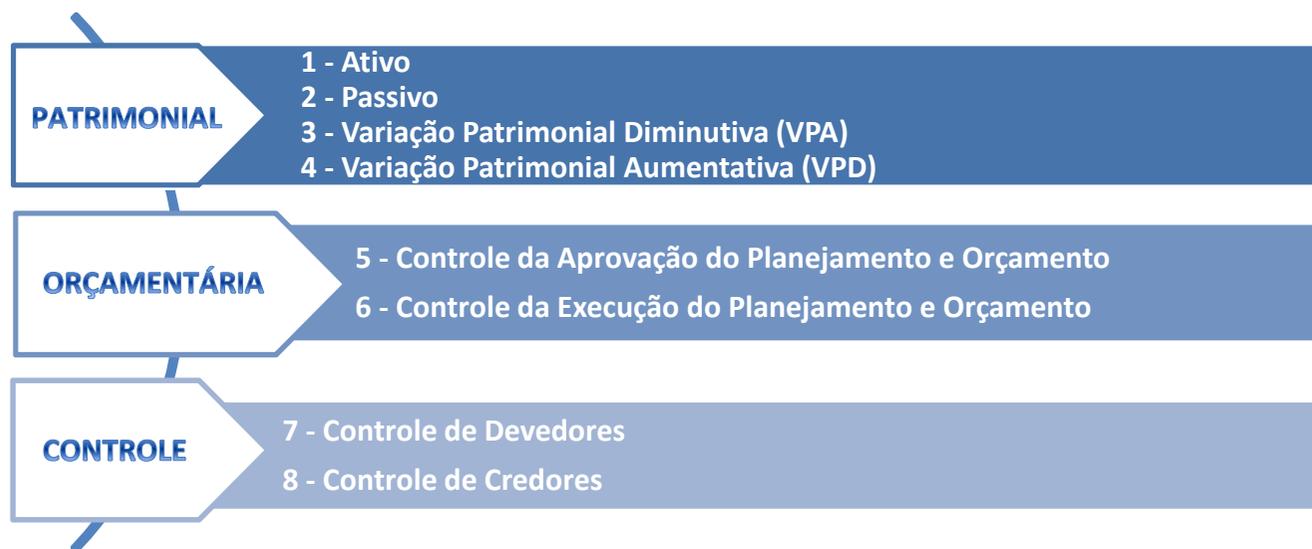
No Balanço Geral constituído pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prefeitura Municipal de Porto Velho, objeto destas Notas Explicativas, consta de forma unificada as contas dos Poderes Executivo e Legislativo, compondo a Prestação de Contas de Governo relativa ao exercício de 2020, do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Hildon de Lima Chaves.

Todas as práticas contábeis foram elaboradas com base na legislação vigente, como a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 8ª edição (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público em vigência, na Instrução Normativa nº 65/2019/TCE-RO, demais normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e nas Instruções de Procedimentos Contábeis, consistentes para o exercício financeiro de 2020.



As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido desde 2013, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada, e é aplicado a todos os órgãos e entidades do Município de Porto Velho, inclusive Administração Indireta que realizam a escrituração contábil através do Sistema de Contabilidade Pública GOVBr – Ajucl Informática LTDA.

No Plano de Contas do Município, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza da informação que evidenciam o seguinte:



Neste contexto, declaramos que as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e Relatórios Contábeis, incluídas as presentes Notas Explicativas, nas quais estão contempladas as informações relevantes e complementares para a compreensibilidade das referidas demonstrações, elaborados pelo Departamento de Contabilidade do Município de Porto Velho, subordinada a Subsecretaria de Finanças e de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, guardou conformidade com a legislação aplicável à Contabilidade Aplicada ao Setor Público e às Finanças Públicas.

Por fim, importa destacar que o registro e a consolidação das informações ora apresentadas, além de demonstrarem à população os resultados obtidos, possibilitam a adequada prestação de contas (accountability) aos órgãos de controle e podem subsidiar os gestores para a tomada de decisões e fornecer o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.



3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica em Correntes e de Capital incluídas nessas as Receitas Intraorçamentárias, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada pelos seus valores líquidos arrecadados e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

3.1.1.1. RECEITAS CORRENTES

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Município e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Classificam-se como correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes).

As Receitas Correntes são aquelas de caráter aumentativo, ou seja, as que aumentam o patrimônio. São recebimentos de recursos oriundos das atividades operacionais para aplicação em Despesas Correntes e de Capital, visando ao atendimento dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.



3.1.1.2. RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital são provenientes de ingressos de recursos em função da constituição de dívidas (operações de crédito), vendas de ativo permanente (alienação de bens), recebimento de direitos (amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) e recebimentos de recursos de outras pessoas de direito público ou privado (transferências de capital), sendo destinados a atender gastos classificáveis em Despesas de Capital.

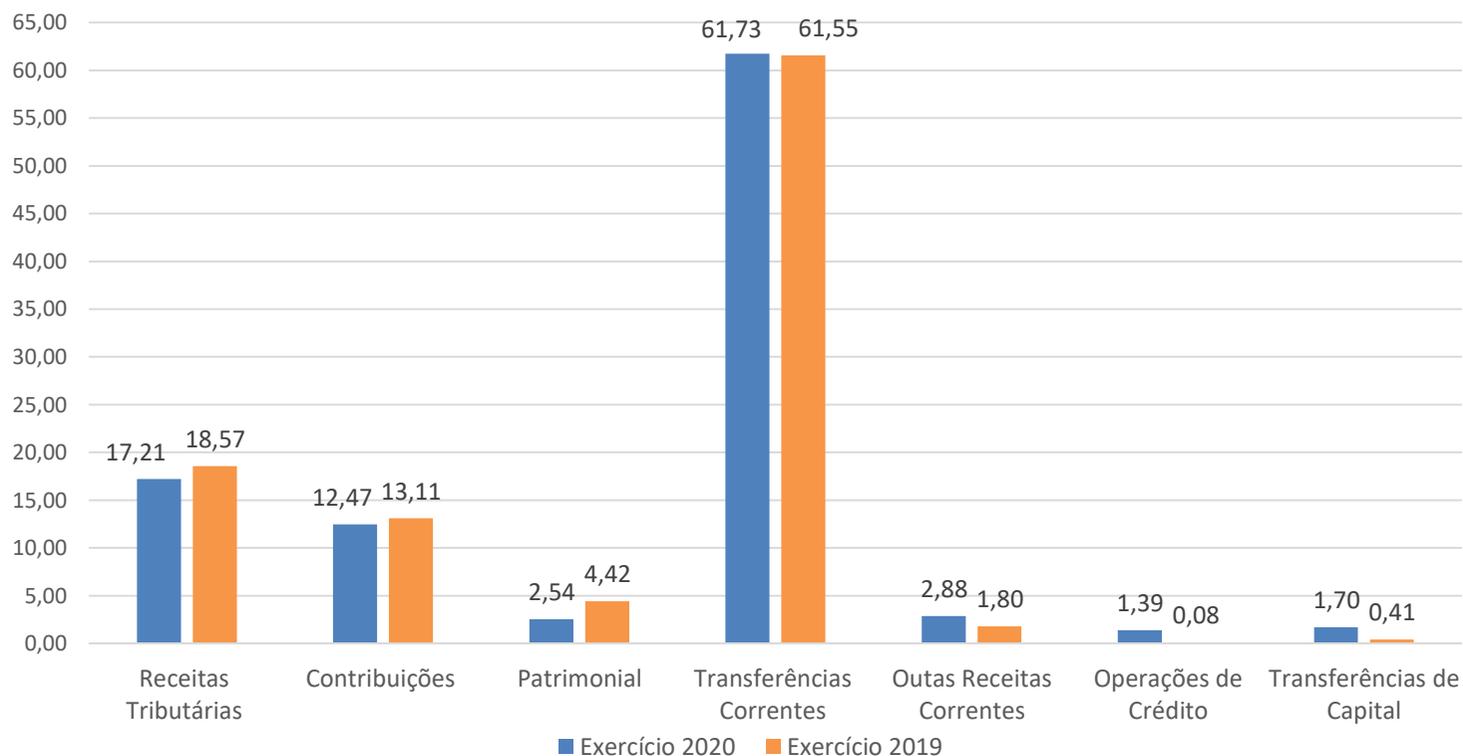
Abaixo a composição da Receita Total Arrecadada de 2020 em confronto com 2019:

Tabela 02 - Composição da Receita Total Arrecadada

Composição das Receitas Totais	2020	2020	2019	2019
Receitas Tributárias	293.557.381,46	17,21	283.091.307,47	18,57
Contribuições	212.702.110,45	12,47	199.746.542,87	13,11
Patrimonial	43.395.504,74	2,54	67.332.685,62	4,42
Transferências Correntes	1.052.639.688,97	61,73	938.167.265,43	61,55
Outas Receitas Correntes	49.153.093,90	2,88	27.467.723,64	1,80
Operações de Crédito	23.646.150,85	1,39	1.270.681,63	0,08
Alienação de Bens	1.136.510,00	0,07	742.100,00	0,05
Transferências de Capital	29.064.466,97	1,70	6.312.683,87	0,41
TOTAL	1.705.294.907,34	100,00	1.524.130.990,53	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.

Gráfico 01 – Composição das Receitas Totais

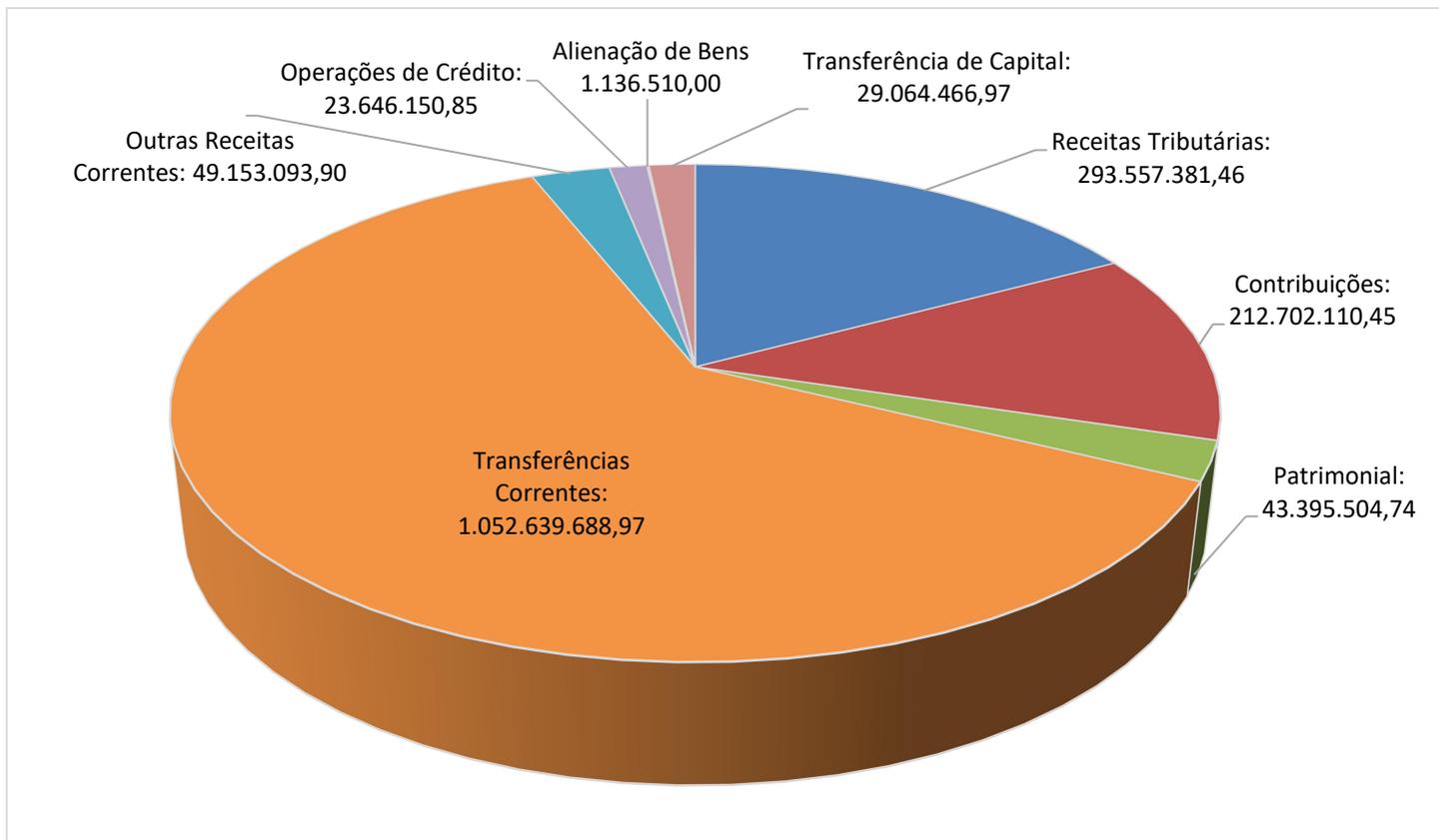


Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.

O gráfico acima evidencia a composição das receitas totais arrecadadas em confronto com as receitas arrecadadas do ano anterior, levando em consideração 2020 e 2019, a Receita de Transferências Correntes compostas pelas transferências constitucionais e legais, corresponde a maior arrecadação, 61,73 e 61,55% respectivamente.

Em seguida, tem-se a Receita Tributária de 17,21% do total da receita arrecadada, constituída pela arrecadação de três tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria, sendo a segunda principal fonte de arrecadação do Município.

Gráfico 02 – Composição das Receitas pelos Valores Arrecadados



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.

O Gráfico 02 acima ilustra a participação de cada uma das receitas em relação ao total arrecadado. Vale ressaltar que as receitas estão apresentadas pelos seus valores líquidos de arrecadação. Percebe-se que as Transferências Correntes a 61,73%, a Receita Tributária corresponde a 17,21% e as Contribuições a 12,47%. Portanto, apenas com a soma das duas maiores receitas correntes alcança-se o percentual de 78,94% do total das receitas orçamentárias.

Ainda, apresentamos com o objetivo de demonstrar os valores previstos e os realizados no exercício de 2020, o tabela 03 abaixo apresenta as receitas classificadas por grupo e subgrupos de contas.



. Tabela 03 – Receita Prevista versus Receita Arrecadada

Exercício 2020	Previsão	Arrecadação	%
Receitas Correntes	1.513.464.839,00	1.651.447.779,52	109,12
Receitas Tributárias	292.795.076,00	293.557.381,46	100,26
Contribuições	186.820.810,00	212.702.110,45	113,85
Patrimonial	55.970.780,00	43.395.504,74	77,53
Transferências Correntes	957.591.333,00	1.052.639.688,97	109,93
Outras Receitas Correntes	20.286.840,00	49.153.093,90	242,29
Receitas de Capital	54.418.685,00	53.847.127,82	98,95
Operações de Crédito	13.332.928,00	23.646.150,85	177,35
Alienação de Bens	-	1.136.510,00	
Transferências de Capital	41.085.757,00	29.064.466,97	70,74
TOTAL	1.567.883.524,00	1.705.294.907,34	108,76

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.

Houve uma realização de 109,12% da previsão atualizada das Receitas Correntes. Do valor total previsto, houve uma realização de 108,76% de arrecadação.

3.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos. A despesa faz parte do orçamento e corresponde às autorizações para gastos com as várias atribuições governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

O Balanço Orçamentário apresenta as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



Os créditos iniciais da despesa podem ser verificados na coluna Dotação Inicial na linha Despesas Orçamentárias, os créditos suplementares, especiais e extraordinários, podem ser verificados no Anexo TC 18 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias da IN 13/2004 do TCER que acompanha a Prestação de Contas.

3.1.2.1. DESPESA CORRENTE

Destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral, constituem-se em despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

3.1.2.2. DESPESA DE CAPITAL

Constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital, que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se nos grupos de despesa: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A Tabela 04 abaixo apresenta os percentuais de realização da despesa em relação aos valores orçados:

Tabela 04 – Composição da Despesa Atualizada versus Despesa Empenhada

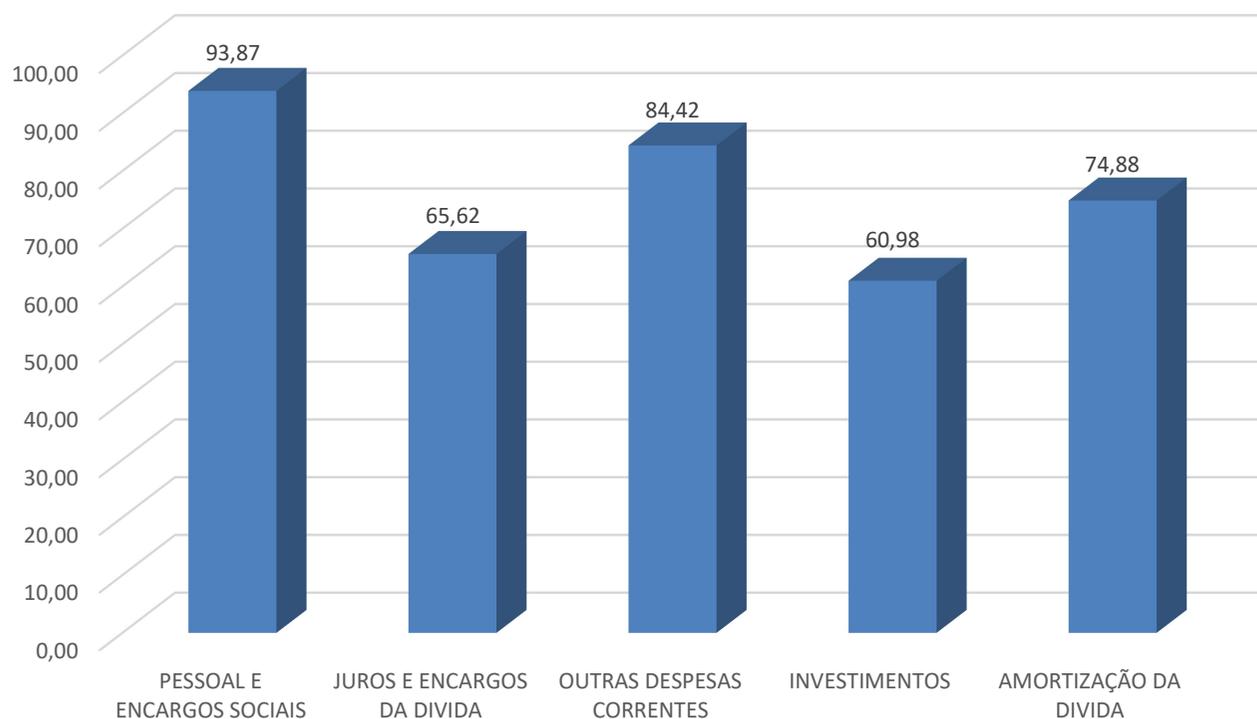
2020	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	%
DESPESAS CORRENTES	1.652.844.302,05	1.484.857.971,78	89,84
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	973.150.327,05	913.506.615,15	93,87
32 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	13.181.152,00	8.649.537,15	65,62
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	666.512.823,00	562.701.819,48	84,42
DESPESAS DE CAPITAL	179.231.420,85	111.445.616,75	62,18
44 - INVESTIMENTOS	163.747.214,85	99.851.116,80	60,98
46 - AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	15.484.206,00	11.594.499,95	74,88

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.



A referida composição pode ser ilustrada da seguinte forma no Gráfico 03:

Gráfico 03 – Despesa Empenhada em relação à Dotação Atualizada



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.

Em 2020, foram executados, aproximadamente, 89,84% das Despesas Correntes em relação ao valor autorizado e 62,18% da Despesa de Capital. O grupo da Despesa Corrente de Juros e Encargos sobre a dívida pública apresentou nível de execução na ordem de 65,62% do valor estimado e a Amortização da Dívida, que apresentou 74,88% da execução da Despesa de Capital efetivamente empenhada.

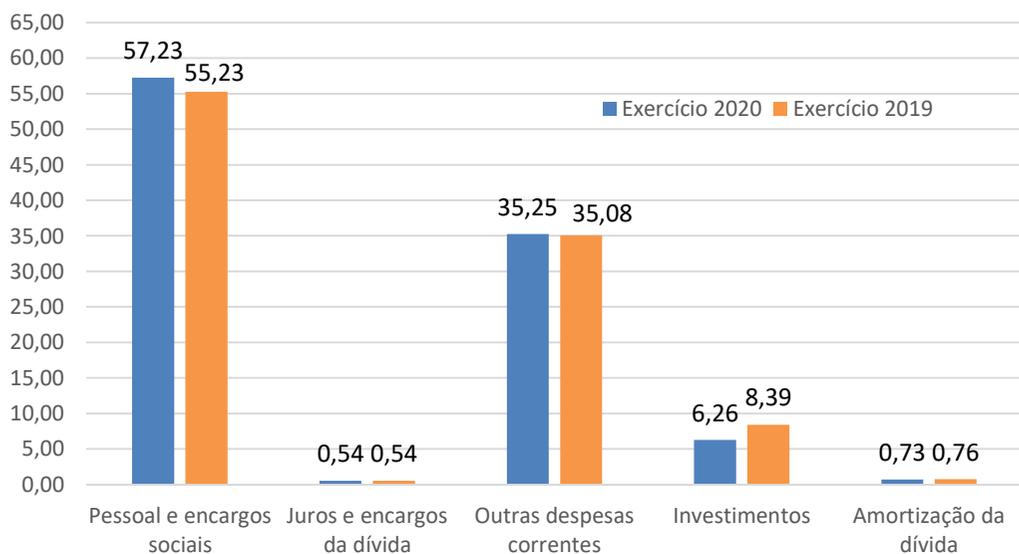


Tabela 05 – Composição da Despesa Total Empenhada em 2020 em confronto com 2019

Composição das Despesas Totais	2020	%	2019	%
Pessoal e encargos sociais	913.506.615,15	57,23	822.203.485,44	55,23
Juros e encargos da dívida	8.649.537,15	0,54	7.988.258,09	0,54
Outras despesas correntes	562.701.819,48	35,25	522.211.422,31	35,08
Investimentos	99.851.116,80	6,26	124.900.029,91	8,39
Amortização da dívida	11.594.499,95	0,73	11.361.140,66	0,76
TOTAL	1.596.303.588,53	100,00	1.488.664.336,41	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.

Gráfico 04 - Composição da Despesa Total Empenhada



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.

A tabela 05 e o gráfico 04 acima demonstram a composição da Despesa Orçamentária por grupo de despesa e quanto cada grupo representa no total empenhado. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam 57,23%, e Outras Despesas Correntes representam 35,25%, da despesa total, em 2020.



3.1.2.3. Despesas executadas por tipos de créditos – Inicial, suplementar, especial e extraordinário

Quadro 02 - Abertura de Créditos por Superávit Financeiro do Exercício Anterior

Despesas por fonte de recursos - Crédito Inicial	Crédito Inicial	Suplementações	Reduções	Crédito Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscritos em RP
Fonte 1000 Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários	529.720.133,00	110.082.072,75	76.423.859,45	563.378.346,30	518.940.357,36	489.494.070,08	486.036.066,24	32.904.291,12
Fonte 1001 Recursos do Tesouro - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação	122.966.099,00	22.680.913,29	22.680.913,29	122.966.099,00	110.452.318,37	108.745.668,96	108.619.017,83	1.833.300,54
Fonte 1002 Recursos do Tesouro - Receitas de Impostos e de Transferências de Imposto - Saúde	184.041.556,00	8.822.374,26	5.961.374,26	186.902.556,00	186.758.785,20	186.298.752,38	186.298.752,38	460.032,82
Fonte 1003 Recursos do Tesouro - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	102.812.830,00	1.819.500,00	1.119.500,00	103.512.830,00	77.804.115,98	77.697.550,31	77.697.525,47	106.590,51
Fonte 1005 Recursos do Tesouro - Ações e Serviços de Saúde	55.726.180,00	13.514.000,00	6.529.000,00	62.711.180,00	60.957.027,10	60.846.128,49	60.846.128,49	110.898,61
Fonte 1008 Recursos do Tesouro - Transf. Rec. Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	15.653.950,00	1.794.130,76	1.794.130,76	15.653.950,00	8.725.039,10	6.401.785,23	5.704.411,32	3.020.627,78
Fonte 1009 Recursos do Tesouro - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	991.870,00	-	-	991.870,00	266.656,60	-	-	266.656,60
Fonte 1010 Recursos do Tesouro - Contrib. para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	38.534.570,00	7.507.970,17	3.305.970,17	42.736.570,00	40.232.458,71	40.075.155,09	40.075.155,09	157.303,62
Fonte 1011 Recursos do Tesouro - Transferência do FUNDEB	194.376.500,00	31.058.083,62	31.058.083,62	194.376.500,00	188.951.447,70	183.674.245,93	183.652.742,25	5.298.705,45
Fonte 1015 Recursos do Tesouro - Transfer. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	428.190,00	1.012.978,47	-	1.441.168,47	258.714,48	224.832,48	221.180,74	37.533,74
Fonte 1017 Recursos do Tesouro - Recursos Destinados a Fundos	3.581.580,00	894.618,59	370.610,67	4.105.587,92	925.278,25	886.873,83	786.877,63	138.400,62
Fonte 1022 Recursos Destinados ao Enfrentamento da Calamidade Pública	-	11.341.917,62	129.189,24	11.212.728,38	9.168.641,83	9.051.641,83	9.051.641,83	117.000,00
Fonte 1023 Cota-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	107.078.870,00	12.983.475,81	13.028.954,60	107.033.391,21	98.726.919,94	93.977.737,04	93.011.403,47	5.715.516,47
Fonte 1025 Recursos do Tesouro - Royalties - Lei 12.858/2013	4.156.991,00	3.130.333,00	3.130.333,00	4.156.991,00	850.990,51	682.212,61	682.212,61	168.777,90
Fonte 1026 Recursos de Multas de Trânsito - Art. 320 da Lei 9.503/1997	4.994.310,00	400.000,00	400.000,00	4.994.310,00	2.302.660,51	1.704.303,51	1.704.162,36	598.498,15
Fonte 1027 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do SUS - Custeio	84.348.720,00	28.011.506,56	8.546.130,76	103.814.095,80	99.002.172,09	93.520.023,66	93.480.436,01	5.521.736,08
Fonte 1028 Recursos do Tesouro - Transferência de Recursos do SUS - Investimentos	1.500.000,00	2.112.636,42	500.000,00	3.112.636,42	1.612.636,42	81.061,06	81.061,06	1.531.575,36
Fonte 1030 Recursos do Tesouro - Operação de Crédito Internas	13.332.928,00	31.658.399,48	1.658.399,48	43.332.928,00	33.428.763,54	25.335.467,36	25.335.467,36	8.093.296,18
Fonte 1094 Recursos do Tesouro - Remuneração de Depósitos Bancários	49.450.750,00	522.650,00	1.222.650,00	48.750.750,00	4.620.131,32	3.729.405,86	3.345.510,35	1.274.620,97
Fonte 2012 Recursos de Outras Fontes - Transferências de Convênios - Educação	9.688.800,00	-	-	9.688.800,00	100.000,00	-	-	100.000,00
Fonte 2013 Recursos de Outras Fontes - Transferências de Convênios - Saúde	1.929.422,00	614.527,99	614.527,99	1.929.422,00	159.852,67	159.852,67	159.852,67	-
Fonte 2014 Recursos de Outras Fontes - Transfer. de Convênios - Outros (não relac. educação/saúde)	37.977.935,00	14.218.541,12	245.734,49	51.950.741,63	27.178.436,77	14.788.561,69	11.653.807,66	15.524.629,11
Fonte 2094 Recursos de Outras Fontes - Remuneração de Depósitos Bancários	4.591.340,00	105.597,41	-	4.696.937,41	105.102,45	105.102,45	45.772,58	59.329,87
TOTAL	1.567.883.524,00	304.286.227,32	178.719.361,78	1.693.450.389,54	1.471.328.506,90	1.397.480.432,52	1.388.489.185,40	82.839.321,50

Despesas por fonte de recursos - Crédito Suplementar	Crédito Inicial	Suplementações	Reduções	Crédito Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscritos em RP
Fonte 3000 Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	-	33.103.138,51	4.362.421,80	28.740.716,71	23.184.743,89	19.895.655,26	19.643.704,72	3.541.039,17
Fonte 3002 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Receitas de Impostos e de Transferências de Imposto - Saúde	-	400.533,80	-	400.533,80	400.533,80	400.533,80	400.533,80	-
Fonte 3003 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Contrib. para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	-	60.000.000,00	-	60.000.000,00	49.448.225,48	49.448.225,48	49.448.225,48	-
Fonte 3005 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Ações e Serviços de Saúde	-	2.450.000,00	-	2.450.000,00	2.450.000,00	2.450.000,00	2.450.000,00	-
Fonte 3008 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transf. Rec. Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	-	8.527.728,01	-	8.527.728,01	6.146.085,08	5.939.233,95	5.938.264,75	207.820,33
Fonte 3010 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Contrib. Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-	4.972.479,46	134.619,98	4.837.859,48	4.437.647,26	4.265.976,21	4.265.976,21	171.671,05
Fonte 3011 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transferência do FUNDEB	-	8.936.075,18	-	8.936.075,18	-	-	-	-
Fonte 3015 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transfer. Recursos Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-	6.464.617,14	420.969,06	6.043.648,08	1.552.326,79	222.281,00	221.530,08	1.330.796,71
Fonte 3023 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Cota-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	-	6.975.159,73	60.604,34	6.914.555,39	6.250.818,73	5.172.753,63	4.868.783,27	1.382.035,46
Fonte 3025 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Royalties - Lei 12.858/2013	-	1.274.548,66	-	1.274.548,66	1.140.300,17	600.000,00	600.000,00	540.300,17
Fonte 3026 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Recursos de Multas de Trânsito - Art. 320 da Lei 9.503/1997	-	5.660.388,20	-	5.660.388,20	384.314,25	168.724,49	168.724,49	215.589,76
Fonte 3027 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transferência de Recursos do SUS - Custeio	-	14.974.397,74	-	14.974.397,74	13.416.278,62	10.554.761,93	10.535.886,53	2.880.392,09
Fonte 3028 Rec. do Tesouro - Exerc. Anteriores - Transferência de Recursos do SUS - Investimentos	-	3.932.360,08	-	3.932.360,08	2.111.557,04	1.357.191,93	1.357.191,93	754.365,11
Fonte 6012 Recursos de Outras Fontes - Exerc. Anteriores - Transferências de Convênios - Educação	-	2.985.399,24	660.011,27	2.325.387,97	2.306.561,61	2.302.036,61	1.879.621,17	426.940,44
Fonte 6014 Rec. Outras Fontes - Exerc. Anter. - Transfer. de Convênios - Outros (não relac. educação/saúde)	-	13.762.428,83	14.629,71	13.747.799,12	11.645.688,91	11.645.688,91	11.645.688,91	-
TOTAL	-	174.419.254,58	5.653.256,16	168.765.998,42	124.875.081,63	114.423.063,20	113.424.131,34	11.450.950,29

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.



Não Houve abertura de créditos especiais ou extraordinários.

No Tabela 06, é possível observar a utilização do superávit financeiro, as suplementações e reduções, bem como suas influências no resultado orçamentário e o detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.

No Tabela de Despesas por fonte de recursos – Crédito Suplementar, que demonstra a Abertura de Créditos por Superávit Financeiro do Exercício Anterior, estão demonstrados os valores suplementados por fonte de recursos, bem como sua execução no exercício de 2020. Houve abertura de crédito por superávit para o RPPS – Fonte 3003. Os outros recursos que representam o superávit financeiro estão representados pelas fontes de recursos: 3000, 3002, 3005, 3008, 3010, 3015, 3023, 3025, 3026, 3027, 3028, 6012 e 6014.

Importante registrar que os Restos a pagar não processados que foram liquidados no exercício de 2020 passam para o exercício seguinte como restos a pagar processados.

As atualizações no orçamento, tanto na receita quanto na despesa, estão autorizadas na Lei nº 2.725 de 20 de dezembro de 2019, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020.

3.1.3. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

São aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo, por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos. As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de aplicação “91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

São classificadas em “Receitas Correntes Intraorçamentárias” e “Receitas de Capital Intraorçamentárias”, representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias, segundo disposto pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 338/2006 que as criou, sendo que não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das Categorias Econômicas “Receita Corrente” e “Receita de Capital”.

O Balanço Orçamentário Consolidado do Município de Porto Velho foi elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para



Elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma, apresentando na composição das receitas orçamentárias o somatório das receitas orçamentárias das categorias 1 – Receita Corrente, 2 – Receita de Capital, 7 – Receitas Correntes Intraorçamentárias e 8 – Receitas de Capital Intraorçamentárias.

Quadro 03 – Composição das Receitas Intraorçamentárias

Categoria Econômica da Receita	
1. Receitas Correntes	2. Receitas de Capital
7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	8. Receitas de Capital Intraorçamentárias

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Fonte: MCASP, 8ª Edição, Parte I, Receita de Operações Intraorçamentárias, pág. 37.

Na Tabela abaixo, é demonstrada a composição da Receita Orçamentária prevista e realizada detalhada no exercício de 2020.

Tabela 06 – Composição da Receita Orçamentária Total

Categoria Econômica da Receita	Previsão Atualizada (R\$)	Receita Realizada (R\$)
1.Receitas Correntes	1.442.931.519,00	1.566.397.727,87
7.Receitas Correntes Intraorçamentárias	70.533.320,00	85.050.051,65
2.Receitas de Capital	54.418.685,00	53.847.127,82
8.Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-
Total da Receita Orçamentária	1.567.883.524,00	1.705.294.907,34

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.



3.1.4. DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

São as despesas classificadas na Modalidade de aplicação “91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social”.

O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com a IPC – 07 Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma as despesas orçamentárias são apresentadas pelo seu valor total, incluindo nessas o valor das despesas intraorçamentárias na Modalidade de Aplicação 91. No exercício de 2020, houve movimentação apenas nas modalidades 31.91, 33.91, e 46.91 de despesas intraorçamentárias, conforme Tabela abaixo:

Tabela 07 - Composição das Despesas Intraorçamentárias

Despesa Corrente	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
31. Pessoal e Encargos Sociais	911.232.613,65	852.232.656,64	852.227.490,19	852.223.493,07
31.91. Pessoal e Encargos Sociais Intraorçamentárias	61.917.713,40	61.273.958,51	61.273.876,51	61.273.851,17
32. Juros e Encargos da Dívida	13.181.152,00	8.649.537,15	8.649.537,15	8.605.385,01
32.91. Juros e Encargos da Dívida Intraorçamentárias	-	-	-	-
33. Outras Despesas Correntes	645.583.775,11	542.076.297,78	494.130.568,14	488.043.366,66
33.91. Outras Despesas Correntes Intraorçamentárias	20.929.047,89	20.625.521,70	20.623.852,20	20.623.852,20
44. Investimentos	163.747.214,85	99.851.116,80	63.403.671,58	59.606.583,89
44.91. Investimentos Intraorçamentárias	-	-	-	-
45. Inversões Financeiras	-	-	-	-
45.91. Inversões Financeiras Intraorçamentárias	-	-	-	-
46. Amortização da Dívida	12.652.500,00	8.969.489,84	8.969.489,84	8.941.055,34
46.91. Amortização da Dívida Intraorçamentárias	2.831.706,00	2.625.010,11	2.625.010,11	2.595.729,40
9.9.99.00.00.00 Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	30.140.665,06	-	-	-
Total da Despesa Orçamentária	1.862.216.387,96	1.596.303.588,53	1.511.903.495,72	1.501.913.316,74

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2020.

3.1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi SUPERAVITÁRIO em R\$108.991.318,81 e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$1.705.294.907,34) e a despesa empenhada (R\$1.596.303.588,53) no Balanço Orçamentário.



3.2. BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (versão Dezembro-2020) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.2.1. Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

3.2.2 O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

3.2.3 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

3.2.3.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido: Receita Realizada (-) Deduções da receita orçamentária, conforme demonstrado na tabela 08.



Tabela 08 – Receita Orçamentária Líquida

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Receita Bruta Arrecadada	1.853.367.366,93
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	-120.822.941,47
(-) Dedução da Receita por restituição	-1.747.175,29
(-) Outras deduções	-2.634.080,64
(-) Estorno de arrecadação	-22.868.941,47
Total da Receita Orçamentária Balanço Financeiro (BF)	1.705.294.228,06

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020.

A composição das receitas líquidas arrecadadas é apresentada na tabela 09 abaixo, seguida da ilustração no gráfico 05.

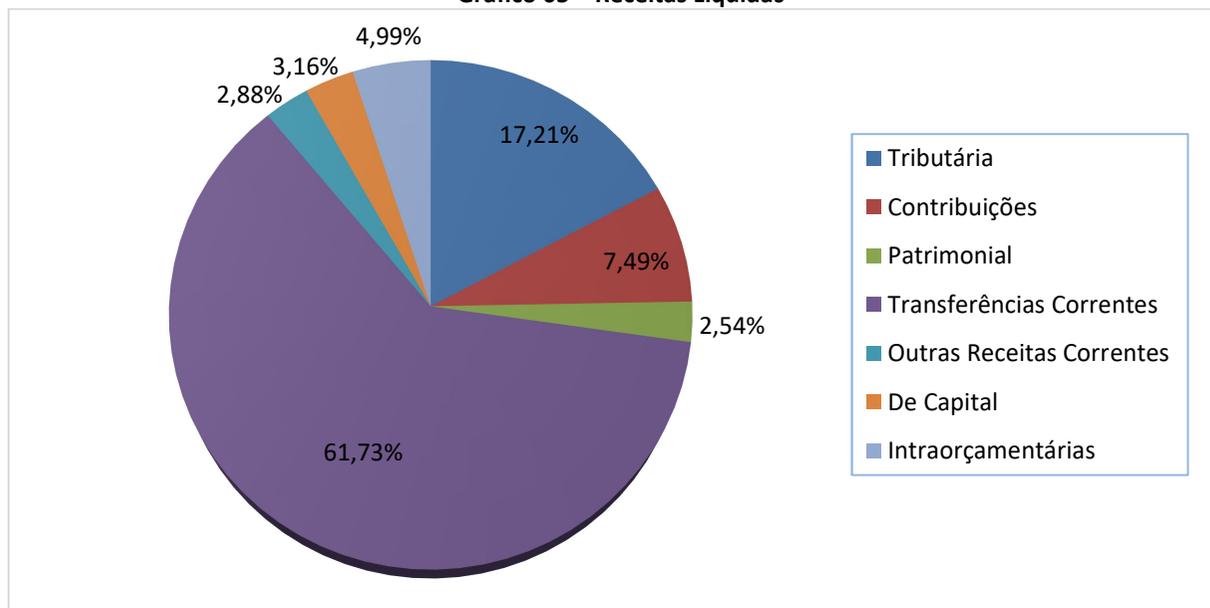
Tabela 09 – Composição das Receitas Líquidas

Receitas	(Valores em R\$ 1,00)	%
1 Tributária	293.557.381,46	17,21
2 Contribuições	127.652.058,80	7,49
3 Patrimonial	43.395.504,74	2,54
4 Transferências Correntes	1.052.639.688,97	61,73
5 Outras Receitas Correntes	49.153.093,90	2,88
6 De Capital	53.847.127,82	3,16
7 Intraorçamentárias	85.050.051,65	4,99
Total	1.705.294.907,34	100,00

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020.



Gráfico 05 – Receitas Líquidas



Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020.

3.2.3.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado líquido, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964, conforme apresentado na tabela 10.

Tabela 10 – Despesas Líquidas Empenhadas

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Empenhado Bruto	1.956.774.267,01
(-) Anulação de Empenhos	-360.470.678,48
Total Empenhado Líquido no Balanço Financeiro (BF)	1.596.303.588,53

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020.



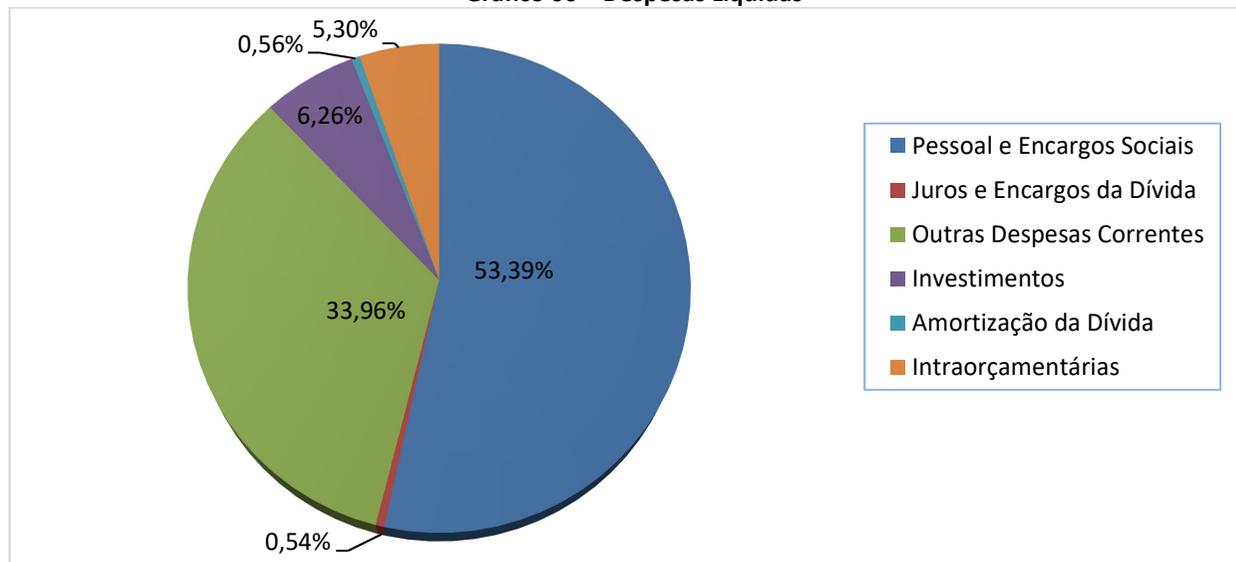
A composição das despesas líquidas é apresentada na tabela 11 abaixo, seguida da ilustração no gráfico 06.

Tabela 11 – Composição das Despesas Líquidas

Despesas	(Valores em R\$ 1,00)	%
1 Pessoal e Encargos Sociais	852.232.656,64	53,39
2 Juros e Encargos da Dívida	8.649.537,15	0,54
3 Outras Despesas Correntes	542.076.297,78	33,96
4 Investimentos	99.851.116,80	6,26
5 Amortização da Dívida	8.969.489,84	0,56
6 Intraorçamentárias	84.524.490,32	5,30
Total	1.596.303.588,53	100,00

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020.

Gráfico 06 – Despesas Líquidas



Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020



A contabilização das retenções ocorre por conta da realização da despesa orçamentária. Os valores das retenções são apropriados no momento da liquidação do empenho. Abaixo exemplo dos lançamentos realizados quando da liquidação da despesa com retenção, bem como seu pagamento.

Liquidação:

Débito - 6.2.2.1.3.01.00.00.00.00 - Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito - 6.2.2.1.3.03.00.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Débito - 3.0.0.0.0.00.00.00.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva

Crédito - 2.1.3.0.0.00.00.00.00.00 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Débito - 8.2.1.1.2.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho

Crédito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Débito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais

Crédito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais

Retenção:

Débito - 6.2.2.1.3.03.00.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Crédito - 6.2.2.1.3.04.00.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado Pago

Débito - 2.1.3.0.0.00.00.00.00.00 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Crédito - 2.1.8.8.0.00.00.00.00.00 - Valores Restituíveis (Contas de retenção)

Débito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Crédito - 8.2.1.1.4.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada

Débito - 7.2.1.1.1.00.00.00.00.00 - Disponibilidade de Recursos

Crédito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Pagamento da retenção:

Débito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Crédito - 8.2.1.1.4.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada

Débito - 2.1.8.8.0.00.00.00.00.00 - Valores Restituíveis (Contas de retenção)

Crédito - 1.1.1.1.1.19.00.00.00.00 - Bancos Conta Movimento



Retenções efetuadas em exercícios anteriores que por algum motivo não foram baixadas ou foram baixadas incorretamente, são ajustadas conta a conta 2.3.7.1.1.03.00.00.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores, que pertence ao grupo 2.3 - Patrimônio Líquido, e impactam o Resultado Patrimonial, bem como movimentam o Balanço Financeiro sem transitarem por uma Variação Patrimonial. O Resultado apurado através da Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser somando ao valor dos ajustes de exercícios anteriores para determinação do resultado do exercício.

3.2.3.3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Velho, desconsiderando os Estornos.

Dentro do mesmo grupo de Transferências Financeiras é apresentada, inclusive, a movimentação de recursos financeiros entre as Unidades Gestoras do RPPS, onde é demonstrado o sub-repasse realizado entre os Fundos Financeiro, Capitalizado e Administrativo.

O valor total de Transferências Recebidas é de R\$ 816.386.391,01, e Transferências Concedidas totalizam um montante de R\$ 816.403.853,53, conforme apresentado na Tabela 12:

Tabela 12 – Composição das Transferências Financeiras

NC 4.5.1	Transferências recebidas	NC 3.5.1	Transferências Concedidas
Repasse Recebido	801.070.853,66	Repasse Concedido	801.070.853,70
Sub Repasse Recebido	15.270.058,56	Sub Repasse Concedido	15.270.058,56
Devolução de Transferências Concedidas	45.478,79	Devolução de Transferências Recebidas	62.941,31
TOTAL	816.386.391,01		816.403.853,57

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020

Os valores de Sub Repasse Recebido e Sub Repasse Concedido representam a movimentação financeira entre as Unidades Gestoras do RPPS, sendo UG 002 IPAM Fundo Administração, UG 10 - IPAM Fundo Previdenciário Financeiro e UG 11 – Fundo Previdenciário Capitalizado. Para melhor compreensão com relação às transferências financeiras, na Tabela 13 é demonstrada a composição das devoluções de transferências concedidas e recebidas.



Tabela 13 – Composição das Devoluções de Transferências Financeiras

Composição das Devoluções de Transferências Financeiras Recebidas		Composição das Devoluções de Transferências Financeiras Concedidas			
NC 4.5.1		NC 3.5.1			
Devolução conforme Ofício nº 0221/DGF/SEMFAZ	UG 000 Prefeitura de Porto Velho	45.478,79	Devolução de Saldo Financeiro de 2019	UG 001 Câmara Municipal	2.682,67
			Devolução de Saldo de Restos a Pagar 2019 cancelados em 2020, bem como retenção de 2019 não recolhida em 2020. Processo 00395-000/2020.	UG 001 Câmara Municipal	14.779,85
			Devolução de Recurso Recebido	UG 012 Agência ADPVH	45.478,79
TOTAL		45.478,79	TOTAL	62.941,31	

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020

Em face do exposto, pode-se observar que, do total de devoluções de transferências recebidas em R\$ 45.478,79 deduzindo das devoluções transferências concedidas em R\$ 62.941,31, tem-se uma diferença de **R\$ 17.462,52**, este montante representa uma devolução de recursos da UG 001 Câmara para UG 000 Prefeitura de Porto Velho referente a devolução de recurso de saldo financeiro da Câmara Municipal à Prefeitura de Porto Velho referente ao exercício de 2019.

3.2.3.4. RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

3.2.3.5. PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de pagamentos extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, são obrigações financeiras provenientes de exercícios anteriores que representaram ingressos extraorçamentários, bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.



Tabela 14 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	(Valores em R\$ 1,00)	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	(Valores em R\$ 1,00)
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	84.400.092,81	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	81.470.461,22
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	9.990.178,98	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.494.675,86
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	907.538.588,95	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	532.445.737,44
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.480.817.890,63	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.891.532.480,61
TOTAL	2.482.746.751,37	TOTAL	2.508.943.355,13

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020

No exercício de 2020, conforme demonstra a Tabela 14, os recebimentos e pagamentos extraorçamentários totalizaram, respectivamente, R\$2.482.746.751,37 e R\$2.508.943.355,13.

3.2.3.6. RESTOS A PAGAR

A inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício 2020 apresentado no Balanço Financeiro do Município corresponde a R\$ 9.990.178,98. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R\$ 1.511.903.495,72) e a Paga (R\$ 1.501.913.316,74) totaliza exatamente uma diferença de R\$ 9.990.178,98.

Já inscrição dos Restos a Pagar não Processados apresentado no Balanço Financeiro do Município equivale a R\$ 84.400.092,81. O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Empenhada (R\$ 1.596.303.588,53) e a Despesa Liquidada (R\$ 1.511.903.495,72) totaliza exatamente uma diferença de R\$ 84.400.092,81, conforme evidenciado na Tabela 15 a seguir:

Tabela 15 – Apuração dos Restos a Pagar

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Despesa Liquidada (Balanço Orçamentário)	1.511.903.495,72
(-) Despesa paga (Balanço Orçamentário)	1.501.913.316,74
= Inscrição de Restos a pagar Processados (Balanço Financeiro) (a)	9.990.178,98
Despesa Empenhada (Balanço Orçamentário)	1.596.303.588,53
(-) Despesa Liquidada (Balanço Orçamentário)	1.511.903.495,72
= Inscrição de Restos a pagar não Processados (Balanço Financeiro) (b)	84.400.092,81
Total de Inscrição de Restos a pagar Balanço Financeiro (a+b)	94.390.271,79

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020



3.2.3.7. RESULTADO FINANCEIRO

A tabela 16 demonstra a conciliação do resultado orçamentário e financeiro em 2020, sabendo que o resultado orçamentário do período foi SUPERAVITÁRIO em R\$ 108.991.318,81 é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 1.705.294.907,34) e a despesa empenhada (R\$1.596.303.588,53) no Balanço Orçamentário.

Tabela 16 – Resultado Financeiro

Descrição	(Valores em R\$1,00)
1. Resultado Orçamentário	108.991.318,81
2. Restos a pagar inscritos no período (despesas empenhadas e não pagas)	94.390.271,79
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	-84.965.137,08
4. Saldo de Transações extraorçamentárias (depósitos restituíveis e valores vinculados)	375.092.851,51
5. Saldo de outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	-410.714.589,98
6. Saldo de Transferências recebidas e concedidas	-17.462,52
7. Resultado Financeiro (1+2+3+4+5+6)	82.777.252,53

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2020

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro do exercício foi de R\$ 82.777.252,53 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 1.136.810.027,10) e no início do ano (R\$ 1.054.032.774,57).



3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.3.1. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

3.3.2. Foi elaborado com a utilização da classe 1 (Ativo) e da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como das contas que representam passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

3.3.3. ATIVO CIRCULANTE

O **Ativo Circulante** compreende o disponível para a realização imediata, e os direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, compreende o somatório das contas Caixa Equivalente de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Estoques.

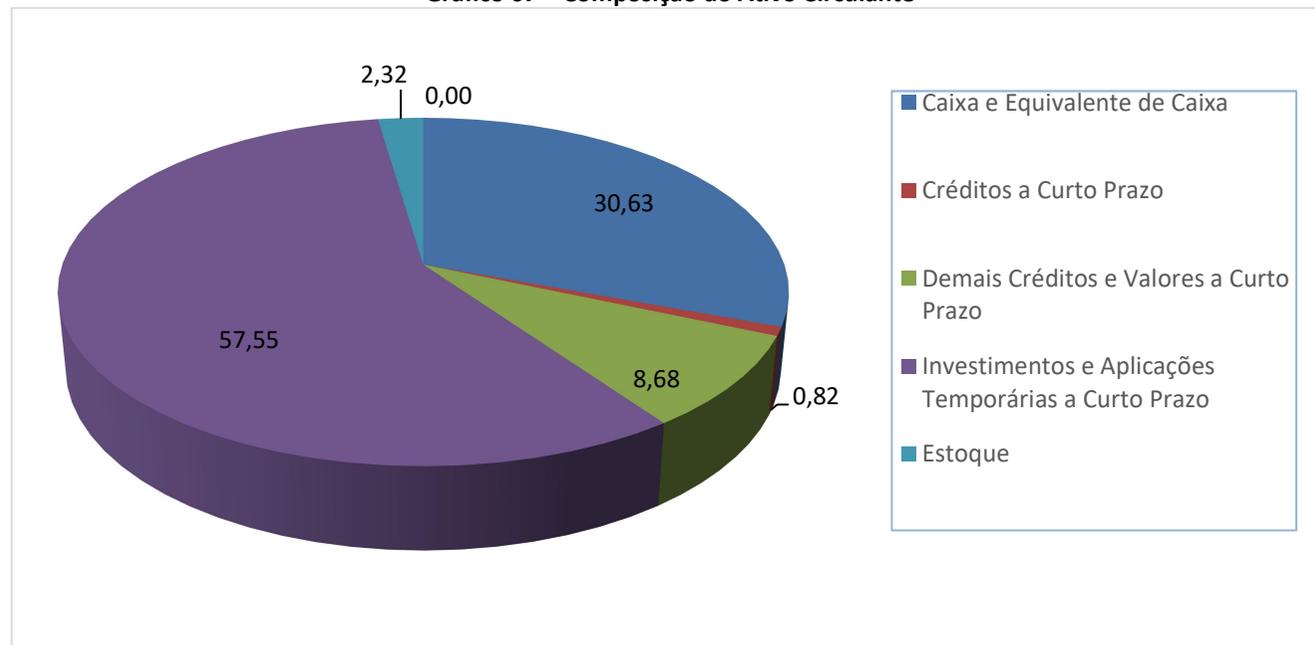
Tabela 17 – Composição do Ativo Circulante

Ativo Circulante	2020	%	2019	%
Caixa e Equivalente de Caixa	375.838.935,96	30,63	323.028.674,77	28,64
Créditos a Curto Prazo	10.044.473,43	0,82	18.701.111,53	1,66
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	106.459.418,76	8,68	90.569.610,03	8,03
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	706.168.031,19	57,55	676.045.932,47	59,95
Estoque	28.516.857,67	2,32	19.428.196,04	1,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	3.780,64	0,00	3.000,00	0,00
Total do Ativo Circulante	1.227.031.497,65	100,00	1.127.776.524,84	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020.



Gráfico 07 – Composição do Ativo Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e não há restrições para o seu uso imediato.

Na composição do Ativo Circulante apresentado na tabela acima, pode-se observar que maior parte dele em 2020 está concentrado nas contas de Caixa e Equivalente de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, 30,63% e 57,55% respectivamente.

Caixa e Equivalentes de Caixa alcançou o valor de R\$ 375.838.935,96 no exercício atual, enquanto totalizou R\$ 323.028.674,77 no exercício anterior. Na comparação de um ano para outro, constatou-se uma diferença positiva de R\$ 52.810.261,19, bem como houve um aumento de R\$ 30.122.098,72 com relação ao ano anterior na conta de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, o que contribuiu de forma decisiva para o acréscimo do Ativo Circulante.



O saldo da Conta Caixa e Equivalente de Caixa no Balanço Patrimonial somado aos saldo de Investimentos e Aplicações Financeiras do RPPS que totaliza o valor de R\$ 1.082.006.937,15 e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no valor de R\$ 54.803.059,95, deve conciliar com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do Demonstrativo de Fluxo de Caixa, pois são disponibilidades financeiras, de livre movimentação e, portanto “caixa e equivalente de caixa”, em atendimento a IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tabela 18 - Conciliação do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa

Conciliação do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa no BP e na DFC	VALOR
1. Caixa e Equivalente de Caixa (Balanço Patrimonial)	375.838.935,96
2. Investimentos e Aplicações Financeiras RPPS (Balanço Patrimonial)	706.168.031,19
3. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (Balanço Patrimonial)	54.803.059,95
4. Total	1.136.810.027,10
5. Caixa e Equivalente de Caixa (DFC) - (1+2+3)=(4)	1.136.810.027,10

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

3.3.4. PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as seguintes obrigações de curto prazo: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Fiscais e Demais Obrigações.

Houve um aumento no Passivo Circulante com relação ao exercício anterior na ordem de 81,63%, passando de R\$ 66.392.038,13 para R\$ 120.588.773,09, ocasionada principalmente pela alta nas contas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo que passaram de R\$ 628.728,99 para R\$ 11.755.855,55 e de R\$ 22.049.763,05 para R\$ 76.339.226,28, respectivamente, sendo que estas contas representam em 2020, 9,75% e 63,31% do total do passivo circulante, antes representando 0,95% e 33,21%, respectivamente.

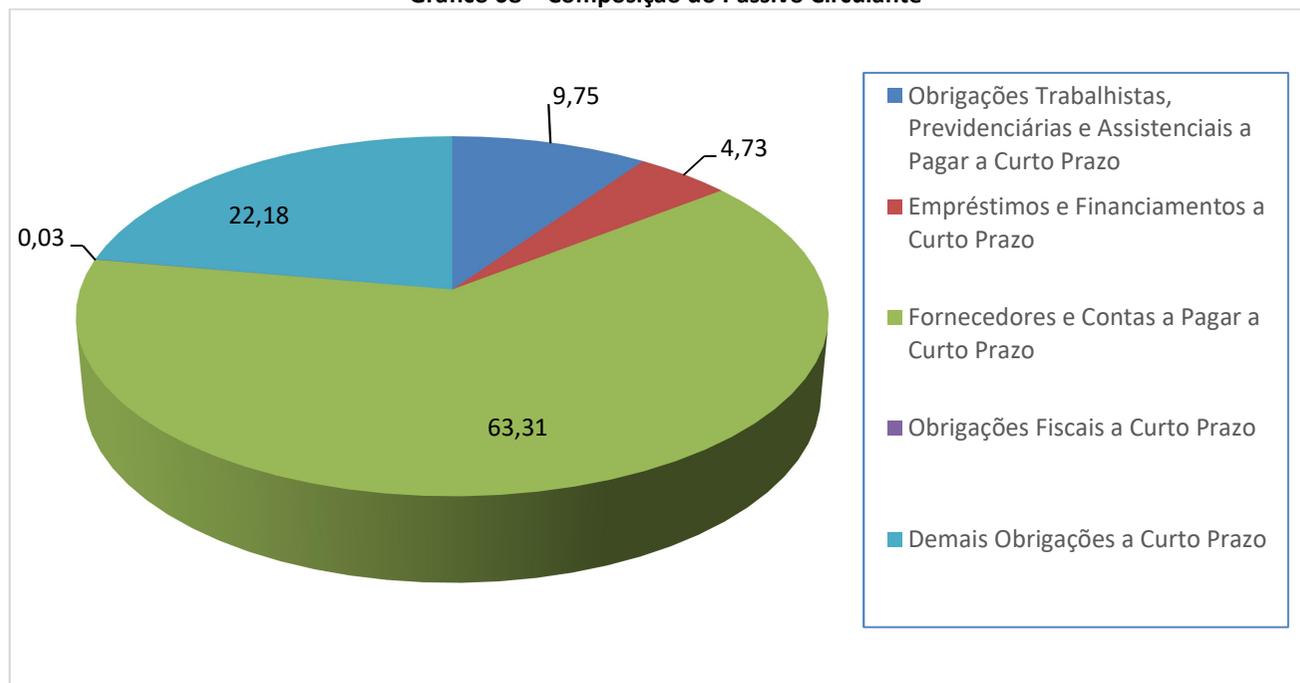


Tabela 19 – Composição do Passivo Circulante

Passivo Circulante	2020	%	2019	%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	11.755.855,55	9,75	628.728,99	0,95
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	5.708.276,78	4,73	2.684.752,92	4,04
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	76.339.226,28	63,31	22.049.763,05	33,21
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	42.000,00	0,03	30.000,00	0,05
Demais Obrigações a Curto Prazo	26.743.414,48	22,18	40.998.793,17	61,75
Total do Passivo Circulante	120.588.773,09	100,00	66.392.038,13	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

Gráfico 08 – Composição do Passivo Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020



Este aumento foi ocasionado, principalmente, pelas transferências do longo prazo para o curto prazo dos precatórios de pessoal – regime especial e dos parcelamentos dos encargos sociais a pagar, que aumentou em R\$ 8.193.484,98 (precatórios) e R\$ 3.041.354,53 (encargos) em relação ao exercício anterior. E também pelo aumento da conta Demais Fornecedores a Pagar (10041) que aumentou em R\$ 7.916.329,82, em relação ao exercício anterior, sendo que esta conta totaliza o saldo de empenhos inscritos em restos a pagar processados de fornecedores. O maior aumento do passivo circulante foi ocasionado pelos Precatórios de Fornecedores Nacionais – Regime Especial, que aumentou R\$ 46.320.564,48, em relação ao exercício anterior também por conta das transferência do longo prazo para o curto prazo. Abaixo podemos visualizar os níveis no plano de contas que sofreram essas alterações mais significativas.

16902	2.1.1.1.1.04.00.00.00.00	-	S	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	339.448,62	C	3.514.686,03	11.708.171,01	8.532.933,60	C
16904	2.1.1.1.1.04.02.00.00.00	104	S	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VEN	339.448,62	C	3.514.686,03	11.708.171,01	8.532.933,60	C
20122	2.1.1.1.04.02.0100.00	104	A	ESPOLIO DE FRANCISCO VERIANO DA COSTA - PROC. 10123-78.2005.8.22.0000	339.448,62	C	28.228,67	188.893,99	310.113,94	C
22856	2.1.1.1.04.02.04.00.00	104	A	WILSON PONTES SILVA - PROC. 100644157.20018.22.0001	-		82.920,73	82.920,73	-	
22863	2.1.1.1.04.02.05.00.00	104	A	JUAN LUIZ RIVAS ZAMBRANA - PROC. 001129-33.20118.22.0000	-		102.444,90	102.444,90	-	
22864	2.1.1.1.04.02.06.00.00	104	A	MARIA AUXILIADORA PAPA FANURAKIS PACHECO - PROC. 0004224-75.2012.8.22.0000	-		82.500,87	82.500,87	-	
22866	2.1.1.1.04.02.07.00.00	104	A	TANIA OTTO OLIVEIRA - PROC. 0011469-74.20118.22.0000	-		156.750,00	156.750,00	-	
22867	2.1.1.1.04.02.08.00.00	104	A	MARIA REGINA DE GOES CAMPOS COSTA - PROC. 0803266-12.2019.8.22.0000	-		81.912,7	81.912,7	-	
22868	2.1.1.1.04.02.09.00.00	104	A	GEYSA DO VALLE DE SA PEIXOTO E OUTROS - PROC. 0006090-16.2015.8.22.0000	-		94.050,00	94.050,00	-	
22869	2.1.1.1.04.02.10.00.00	104	A	CELSO CRUZ DE CARVALHO - PROC. 0002548-63.2010.8.22.0000	-		169.748,99	169.748,99	-	
22874	2.1.1.1.04.02.1100.00	104	A	SINDEPROF RO SUBST. ABADIA LUZIA DE CAMPOS E OUTROS - PROC. 011740-29.2003.5.14.0004	-		826.031,90	8.668.774,95	7.842.743,05	C
22894	2.1.1.1.04.02.12.00.00	104	A	MARIA ZELINA GOMES SILVA E OUTROS - PROC. 0804786-07.2019.8.22.0000	-		59.627,01	59.627,01	-	
22895	2.1.1.1.04.02.13.00.00	104	A	TAIANE CUNHA FERREIRA - PROC. 080043-69.2020.8.22.0000	-		60.281,31	60.281,31	-	
22896	2.1.1.1.04.02.14.00.00	104	A	MARIA ILCE NICODEMOS - PROC. 0802232-02.2019.8.22.0000	-		1580.910,38	1580.910,38	-	
22919	2.1.1.1.04.02.15.00.00	104	A	WILSON PONTES SILVA - PROC. 100644157.20018.22.0000	-		-	325.273,42	325.273,42	C
22927	2.1.1.1.04.02.16.00.00	104	A	RAILAN LIMA DA CONCEIÇÃO - PROC. 2007656-73.2009.8.22.0000	-		-	54.803,19	54.803,19	C
801	2.1.1.4.0.00.00.00.00.00	-	S	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	155.448,56	C	2.777.974,32	5.819.328,85	3.196.803,09	C
802	2.1.1.4.1.00.00.00.00.00	-	S	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	155.447,36	C	152.964,21	155.916,85	158.400,00	C
803	2.1.1.4.1.01.00.00.00.00	-	S	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	-		-	-	-	
805	2.1.1.4.1.01.02.00.00.00	108	A	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DÉBITO PARCELADO	-		-	-	-	
812	2.1.1.4.1.06.00.00.00.00	108	A	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	-		-	-	-	
9962	2.1.1.4.1.07.00.00.00.00	108	S	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	155.447,36	C	152.964,21	155.916,85	158.400,00	C
18854	2.1.1.4.1.07.0100.00.00	108	A	Parcelamento CAIXA ECONOMICA - FGTS Processo 024100069/2011 - EMDUR	59.947,36	C	63.884,34	72.336,98	68.400,00	C
21132	2.1.1.4.1.07.02.00.00.00	108	A	PARCELAMENTO RAT - RFB - PROCESSO 02410000812017 - EMDUR - CURTO PRAZO	95.500,00	C	89.079,87	83.579,87	90.000,00	C
816	2.1.1.4.1.98.00.00.00.00	104	A	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	-		-	-	-	
846	2.1.1.4.3.00.00.00.00.00	-	S	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	1,20	C	2.625.010,11	5.663.412,00	3.038.403,09	C
855	2.1.1.4.3.06.00.00.00.00	108	S	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	1,20	C	2.625.010,11	5.663.412,00	3.038.403,09	C
18845	2.1.1.4.3.06.05.00.00.00	108	A	IPAM CAMARA	0,48	C	351368,52	702.738,00	351369,96	C
18846	2.1.1.4.3.06.06.00.00.00	108	A	IPAM PMPV	0,72	C	2.273.641,59	4.960.674,00	2.687.033,13	C



10041	2.13.110199.00.00.00	104	A	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	6.083.974,44	C	717.325.584,08	725.241913,90	14.000.304,26	C
1016	2.1.3.1.1.05.00.00.00.00	-	S	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - R	15.089.649,61	C	27.053.139,88	73.373.704,36	61.410.214,09	C
1017	2.1.3.1.1.05.01.00.00.00	104	S	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - R	15.089.649,61	C	25.045.005,89	36.507.511,06	26.552.154,78	C
20123	2.13.1105.010100.00	104	A	COTA - CONSTRUTORA AMAZÔNIA S/A - 2001650-12.1993.8.22.0000	15.089.649,61	C	24.948.361,57	9.858.711,96	-	
22853	2.13.1105.0102.00.00	104	A	ANTONIO PONTES DE AGUIAR - 2004867-92.1995.8.22.0000	-		96.644,32	1.175.201,03	1078.556,71	C
22897	2.13.1105.0103.00.00	104	A	ESPOLIO DE FRANCISCO PEREIRA CALDAS - 2000545-58.1997.8.22.0000	-		-	19.241.906,55	19.241.906,55	C
22898	2.13.1105.0104.00.00	104	A	EDILA DANTAS CAVALCANTE DE MESQUITA - 2001472-24.1997.8.22.0000	-		-	229.230,27	229.230,27	C
22899	2.13.1105.0105.00.00	104	A	ROBERTO CARLOS BRASIL MAIO - 2001598-74.1997.8.22.0000	-		-	402.392,19	402.392,19	C
22900	2.13.1105.0106.00.00	104	A	IRACEMA RODRIGUES GOUVEA - 2001939-03.1997.8.22.0000	-		-	131.248,63	131.248,63	C
22901	2.13.1105.0107.00.00	104	A	MANOEL RODRIGUES - 2002525-79.1993.8.22.0000	-		-	840.384,65	840.384,65	C
22902	2.13.1105.0108.00.00	104	A	VANDERLEI RODRIGUES DE AGUIAR - 2002546-16.1997.8.22.0000	-		-	109.981,44	109.981,44	C
22903	2.13.1105.0109.00.00	104	A	FRANCISCO XAVIER CARDOSO DA SILVA - 2000996-49.1998.8.22.0000	-		-	173.292,72	173.292,72	C
22904	2.13.1105.0110.00.00	104	A	CELIDONIO RIOS - 2001532-60.1998.8.22.0000	-		-	159.144,82	159.144,82	C
22905	2.13.1105.011100.00	104	A	JOSE ROBERTO SOBRINHO - 2000411-60.1999.8.22.0000	-		-	443.047,89	443.047,89	C
22906	2.13.1105.0112.00.00	104	A	PNEUMINAS S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO - 2001528-86.1999.8.22.0000	-		-	3.742.968,91	3.742.968,91	C
1018	2.1.3.1.1.05.02.00.00.00	104	S	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - R	-	C	2.008.133,99	36.866.193,30	34.858.059,31	C
22854	2.13.1105.02.02.00.00	104	A	RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA - 2003140-20.2003.8.22.0000	-		70.979,32	15.188,21	80.902,87	C
22855	2.13.1105.02.03.00.00	104	A	LUIZ HOREZIO GAMA - PROC.1003497-48.2002.8.22.0001	-		99.711,98	193.233,98	93.522,00	C
22857	2.13.1105.02.04.00.00	104	A	LUIZ LEITE DE OLIVEIRA - PROC.2000867-92.2008.8.22.0000	-		114.386,77	258.906,05	144.519,28	C
22858	2.13.1105.02.05.00.00	104	A	ADEMAR BARBOSA DE OLIVEIRA - PROC.2004742-70.2008.8.22.0000	-		34.742,27	77.354,13	42.611,86	C
22859	2.13.1105.02.06.00.00	104	A	ISMAEL CAMURÇA LIMA - PROC.0003404-90.2011.8.22.0000	-		96.221,25	96.221,25	-	
22860	2.13.1105.02.07.00.00	104	A	AUDIZIO COELHO DA COSTA - PROC.0012562-67.2014.8.22.0000	-		103.592,89	103.592,89	-	
22861	2.13.1105.02.08.00.00	104	A	ENITA ALVES DE ANDRADE - PROC.0006982-17.2018.8.22.0000	-		28.411,25	28.411,25	-	
22870	2.13.1105.02.09.00.00	104	A	TRANSPORTE FLUVIAL ESTRELA DO MAR LTDA ME - PROC.0009443-64.2011.8.22.0000	-		43.303,68	43.303,68	-	
22871	2.13.1105.02.10.00.00	104	A	CONSORCIO ENGEFOTO POLICENTRO - PROC.0009443-64.2011.8.22.0000	-		1.132.064,79	1.132.064,79	-	
22872	2.13.1105.02.1100.00	104	A	MARCIA OLIVEIRA DE ANDRADE - PROC.0006604-03.2014.8.22.0000	-		105.083,00	105.083,00	-	
22875	2.13.1105.02.13.00.00	104	A	FRANCIMAR ALVES DE OLIVEIRA - PROC.00006603-18.2014.8.22.0000	-		179.636,79	179.636,79	-	
22907	2.13.1105.02.14.00.00	104	A	ELCIO APARECIDO DOS SANTOS - PROC.2001730-29.2000.8.22.0000	-		-	71.938,29	71.938,29	C
22908	2.13.1105.02.15.00.00	104	A	IBM BRASIL - INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LTDA - PROC.2001730-29.2000.8.22.0000	-		-	5.630.974,03	5.630.974,03	C
22909	2.13.1105.02.16.00.00	104	A	MITSUI MARINE & KYOEI FIRE SEGUROS S/A - PROCESSO 2001730-29.2000.8.22.0000	-		-	95.784,21	95.784,21	C



22910	2.13.1.105.02.17.00.00	104	A	SISTEMA PITAGORAS DE ENSINO SOCIEDADE LTDA - PROC.2	-	-	88.413,43	88.413,43	C
22911	2.13.1.105.02.18.00.00	104	A	ESPÓLIO DE HONORINA PEREIRA PEDREIRA - PROC.2000804	-	-	499.011,40	499.011,40	C
22912	2.13.1.105.02.19.00.00	104	A	ANTONIO RODRIGUES BEZERRA - PROC.1004746-39.1999.8.22.0	-	-	58.976,89	58.976,89	C
22913	2.13.1.105.02.20.00.00	104	A	GILMAR FREIRE RAMOS - PROC.1009411-64.200.8.22.0001	-	-	66.496,11	66.496,11	C
22914	2.13.1.105.02.2100.00	104	A	IBM BRASIL - INDUSTRIA MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA - PROC	-	-	34.147,00	34.147,00	C
22915	2.13.1.105.02.22.00.00	104	A	ZOGHBI EMPREENDIMENTOS LTDA - PROC.1008103-37.1993.8.2	-	-	25.708.483,82	25.708.483,82	C
22916	2.13.1.105.02.23.00.00	104	A	ASSIS LEANDRO DA SILVA - PROC.1014070-53.1999.8.22.0001	-	-	52.92185	52.92185	C
22917	2.13.1.105.02.24.00.00	104	A	ELO CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - PROC.2001023-80.20	-	-	62.728,76	62.728,76	C
22918	2.13.1.105.02.25.00.00	104	A	PELICANO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - PROC.1102574-59.2	-	-	77.291,18	77.291,18	C
22920	2.13.1.105.02.26.00.00	104	A	RONALDO FEITOSA BARROS - PROC.1000301-312006.8.22.0001	-	-	149.824,53	149.824,53	C
22921	2.13.1.105.02.27.00.00	104	A	BURITI CAMINHOS LTDA - PROC.1008277-36.1999.8.22.0001	-	-	55194156	55194156	C
22922	2.13.1.105.02.28.00.00	104	A	LEANDRO DE SOUZA CARDOSO - PROC.1000311-75.2006.8.22.00	-	-	210.942,78	210.942,78	C
22923	2.13.1.105.02.29.00.00	104	A	D.DUWE CONTABILIDADE S/C LTDA - PROC.2008395-80.2008.8	-	-	140.248,05	140.248,05	C
22924	2.13.1.105.02.30.00.00	104	A	FRANCISCA GOMES DE FREITAS - PROC.2012734-82.2008.8.22	-	-	247.323,25	247.323,25	C
22925	2.13.1.105.02.3100.00	104	A	MATERIAL BASICO DE CONSTRUÇÕES RIO CANDEIAS LTDA -	-	-	183.282,70	183.282,70	C
22926	2.13.1.105.02.32.00.00	104	A	FRANCISCO DE ASSIS SILVEIRA JUNIOR - PROC.2007280-87.20	-	-	60.386,73	60.386,73	C
22928	2.13.1.105.02.33.00.00	104	A	ESPOLIO DE PRIMO CODIGNOLE - PROC.2005848-33.2009.8.22.	-	-	505.386,73	505.386,73	C

3.3.5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Ativo Não Circulante compreende os ativos que têm a expectativa de realização após os 12 meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado.

Conforme apresentado abaixo na Tabela 19 e ilustrado no Gráfico 09, a maior parte do Ativo não circulante compreende o Imobilizado, com o valor na ordem de R\$358.093.551,36 (90,27%), seguido do ativo realizável a longo prazo no valor de R\$ 38.576.215,09 (10,62%) e com os investimentos representado por um valor irrisório face as outras contas.

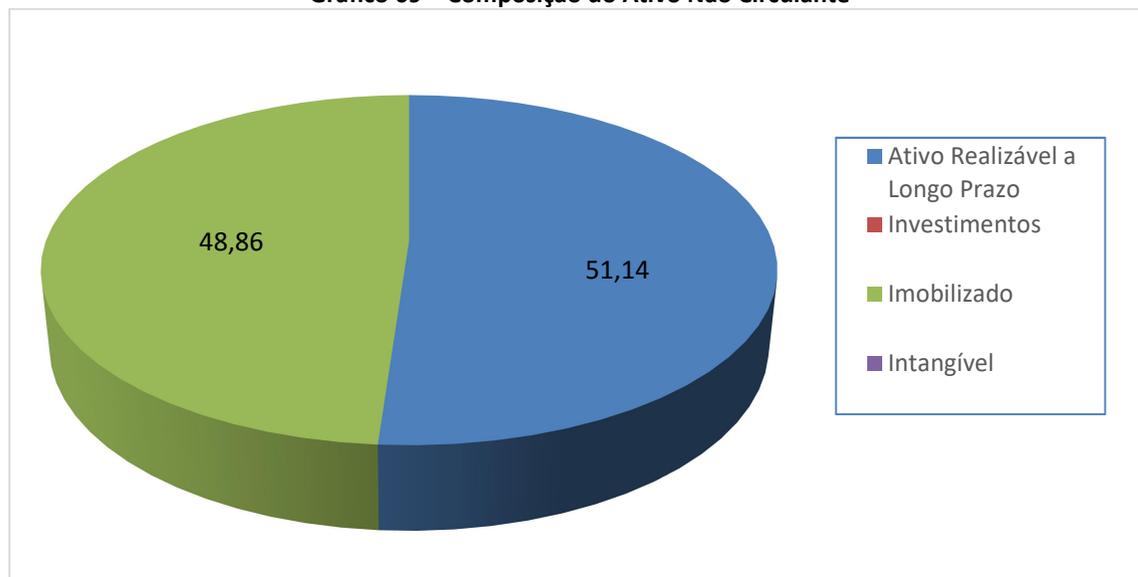
Tabela 20 – Composição do Ativo Circulante

Ativo Não Circulante	2020	%	2019	%
Ativo Realizável a Longo Prazo	450.697.314,93	51,14	38.576.215,09	9,72
Investimentos	-	0,00	3.613,54	0,00
Imobilizado	430.569.967,39	48,86	358.093.551,36	90,27
Intangível	625,26	0,00	945,30	0,00
Total do Ativo Não Circulante	881.267.282,32	100,00	396.673.379,99	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020



Gráfico 09 – Composição do Ativo Não Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

3.3.5.1. Dívida Ativa Tributária

Em 2020, a Dívida Ativa Tributária do Município apresenta um saldo contábil de R\$ 566.547.706,22, sendo R\$ 556.579.480,10 a Longo Prazo e R\$ 9.968.226,12 a Curto Prazo. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2020.

Tabela 21 – Saldo Dívida Ativa Tributária

Dívida Ativa Tributária	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida antes do Ajuste de Perdas	9.968.226,12	556.579.480,10	566.547.706,22	18.002.930,00	464.195.230,85	482.198.160,85
(-) Ajuste de Perdas da D.A.	-	107.895.668,68	107.895.668,68	-	427.679.891,23	427.679.891,23
Dívida após o Ajuste de Perdas	9.968.226,12	448.683.811,42	458.652.037,54	18.002.930,00	36.515.339,62	54.518.269,62

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020



No exercício de 2020 foi inscrito o valor de total R\$ 113.361.801,38 em dívida ativa.

Quadro 04 - Créditos tributários inscritos em dívida ativa no exercício de 2020

Descrição	Principal	Multas	Juros	Correção	Total
Imposto Predial	11.923.030,66	2.445.189,14	742.279,95	302.915,35	15.413.415,10
Imposto Territorial	25.189.110,22	5.165.816,38	1.568.247,48	639.941,29	32.563.115,37
ITBI/Auto de Infração	-	-	-	-	-
TRSD	7.898.313,15	1.619.795,78	491.708,36	200.721,84	10.210.539,13
TX Alvará de Licença de Funcionam.	3.465.538,37	18.689,77	296.653,31	109.624,50	3.890.505,95
TX Alvará de Licença de Func./AI	235.038,22	94,53	77.896,71	28.660,10	341.689,56
TX de Uso de Bem Público	-	-	-	-	-
ISSQN Mensal	8.380.602,27	1.544.777,16	257.712,23	212.915,90	10.396.007,56
ISS/RETIDO	1.040.819,29	196.418,80	27.130,13	26.452,79	1.290.821,01
ISSQN Estimativa Fixa	275.925,68	5.658,76	18.222,36	7.016,53	306.823,33
ISS/SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS	178.627,68	3.663,11	11.626,28	4.538,16	198.455,23
ISSQN/AI	16.223.598,44	449.017,89	15.274.582,26	6.393.674,68	38.340.873,27
ISS/TAXI/CONDUTOR/PRINCIPAL	38.717,70	7.965,90	2.562,16	986,84	50.232,60
Multa - Não Adesão a NFSE	33.471,26	6.387,87	2.839,80	850,36	43.549,29
Autos de Infração/Multas Ambientais	130.755,15	-	78.948,47	31.739,55	241.443,17
Autos de Infração/Posturas	14.017,90	350,00	9.275,32	3.482,24	27.125,46
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	44.248,66	907,48	925,10	1.124,11	47.205,35
Total da Inscrição	75.071.814,65	11.464.732,57	18.860.609,92	7.964.644,24	113.361.801,38



Quadro 05 – Inscrições e Baixas de Dívida Ativa Tributária – Exercícios 2018, 2019 e 2020.

Dívida Ativa 2018		Dívida Ativa 2019		Dívida Ativa 2020	
Saldo Anterior (a)	451.307.802,39	Saldo Anterior (a)	410.747.832,50	Saldo Anterior (a)	482.708.680,86
Inscrições		Inscrições		Inscrições	
IPTU	-	IPTU	49.221.373,05	IPTU	47.976.530,47
TRSD	-	TRSD	10.976.811,75	TRSD	10.210.539,13
ISS	-	ISS	42.400.338,16	ISS	50.583.213,00
Multa - Não adesão NF-e	-	Multa - Não adesão NF-e	73.349,04	Multa - Não adesão NF-e	43.549,29
Licença para Funcionamento Regular	-	Licença para Funcionamento Regular	2.093.823,39	Licença para Funcionamento Regular	4.232.195,51
Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	585.495,86	Multas por Autos de Infração	268.568,63
Foros	-	Foros	-	Foros	47.205,35
Total das Inscrições (b)	-	Total das Inscrições (b)	105.351.191,25	Total das Inscrições (b)	113.361.801,38
Baixas		Baixas		Baixas	
Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-
ISS	9.922.495,18	ISS	4.007.706,80	ISS	3.749.060,41
Demais Taxas	1.656.457,93	Taxas Prestação serviços	1.523.384,68	Taxas Prestação serviços	1.816.503,54
Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	-	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	1.739.647,06	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	1.621.729,12
IPTU	11.232.835,08	IPTU *	9.526.860,96	IPTU *	8.496.638,73
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	-	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	230.986,00	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	89.827,06
Total Por Recebimento	22.811.788,19	Total Por Recebimento	17.028.585,50	Total Por Recebimento	15.773.758,86
Por cancelamento	17.748.181,70	Por cancelamento	16.361.757,39	Por cancelamento	13.672.769,84
Total das Baixas (c)	40.559.969,89	Total das Baixas (c)	33.390.342,89	Total das Baixas (c)	29.446.528,70
Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	410.747.832,50	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	482.708.680,86	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	566.623.953,54

* Em 2019, o valor da Baixa por recebimento de IPTU está líquido do valor da dedução por restituição (R\$ 9.527.196,59 - R\$ 335,63 = R\$ 9.526.860,96)

* Em 2020, o valor da Baixa por recebimento de IPTU está líquido do valor da dedução por restituição (R\$ 8.498.014,23 - R\$ 1,375,50 = R\$ 8.496.638,73)

3.3.5.1.1. Cancelamentos de Dívida Ativa Tributária

Os valores cancelados no exercício de 2020, que totalizam R\$ 13.672.769,84, se referem ao cancelamento da Dívida Ativa Tributária a título de baixas por prescrição, isenções/imunidade e cumprimento de determinação judicial, reconhecidos através dos processos administrativos 06.00164/2021, 06.00165/2021 e 06.00166/2021 (IPTU); 06.00146/2021 e 06.00160/2021 (ITU); 06.00159/2021 e 06.00163/2021 (TRSD); 06.00143/2021, 06.00149/2021, 06.00151/2021, 06.00152/2021, 06.00153/2021, 06.00154/2021, 06.00155/2021 e 06.00156/2021 (ISS); 06.00141/2021, 06.00144/2021, 06.00147/2021, 06.00150/2021 e 06.00158/2021 (Alvará de Funcionamento); 06.00145/2021 (Auto de Infração) e 06.00162/2020 (Foros).



3.3.5.1.2. Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A 8ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a Média Percentual de Recebimentos Passados. A média percentual de recebimentos passados utiliza a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios.

Do estoque total da dívida ativa a curto e longo prazo (R\$ 566.623.953,54), apenas uma parte tem efetiva possibilidade de cobrança (80,96%), considerando a média de recebimentos passados.

Dessa forma, no ano de 2020 foi considerado o valor de R\$ 107.895.668,68 em ajustes de perdas de Dívida Ativa Tributária, que representa 19,04% dos valores a receber a longo prazo, sendo que este percentual é a diferença entre o saldo da dívida ativa e a média percentual de recebimentos dos últimos três exercícios, que foi de 80,96% das inscrições em dívida ativa.

3.3.5.2 Dívida Ativa Não Tributária

Em 2020, a Dívida Ativa Não Tributária a Curto Prazo do Município apresenta um saldo contábil de R\$ 76.247,31, referente ao crédito inscrito a título de FOROS. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2021.

Em 2020, a Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo do Município totaliza R\$ 1.008.548,60, registrado em 10.01.2007. Esse valor corresponde à inscrição em dívida ativa decorrente do processo 00366/96-TCERO em desfavor de Antônio Orlandino Gurgel do Amaral, pela Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Velho, referente ao exercício de 1995.

Tabela 22 – Saldo Dívida Ativa Não Tributária

Dívida Ativa Não Tributária	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores	76.247,31	1.008.548,60	1.084.795,91	510.520,00	1.008.555,87	1.519.075,87

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020



3.3.5.2 IMOBILIZADO

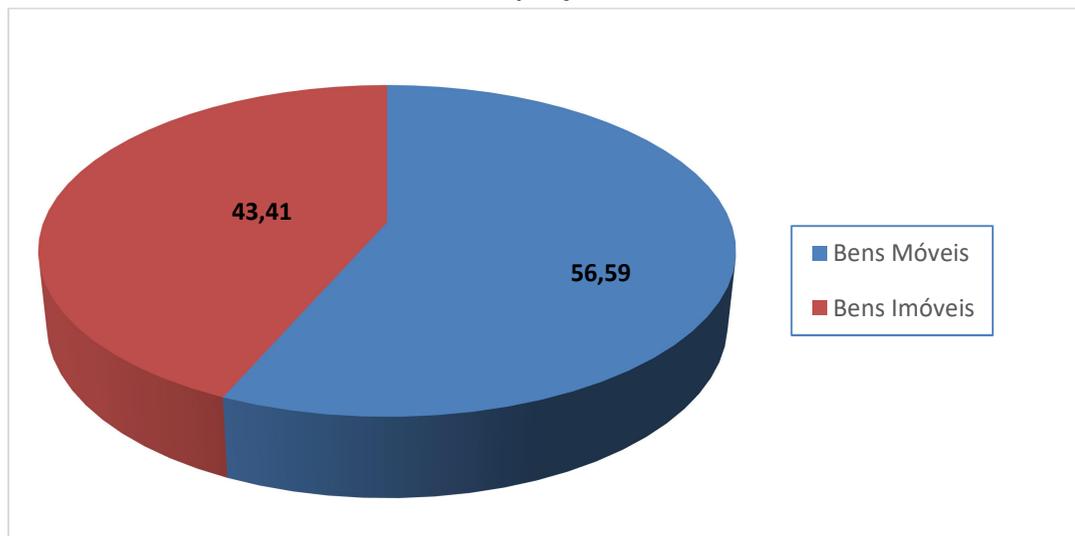
O imobilizado corresponde a 48,86% do total do Ativo não circulante no valor de R\$430.569.967,39, sendo que deste, 56,59% são de bens móveis e 43,41% de bens imóveis.

Tabela 23 – Composição do Imobilizado

Imobilizado (Valores deduzidos das depreciações)	2020	%
Bens Móveis	243.602.570,84	56,59
Bens Imóveis	186.867.396,55	43,41
Total do Imobilizado	430.469.967,39	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

Gráfico 10 – Composição do Imobilizado



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

A partir do Exercício de 2014 o Departamento de Contabilidade da Prefeitura de Porto Velho iniciou os trabalhos para normatização e aplicação dos procedimentos para depreciação, amortização e exaustão, com adequações no Sistema de Bens Patrimoniais, bem como no aperfeiçoamento dos



reconhecimentos e contabilização das reavaliações dos bens permanentes. Todo processo de implantação deu início em atendimento a Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012 que determina aos Poderes e Órgãos estaduais e municipais do Estado de Rondônia a adoção obrigatória dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos a que se referem as Portarias STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012.

Assim, em 2015, o Município de Porto Velho elaborou um Decreto nº 13.934, publicado no Diário Oficial do Município nº 5.016 em 28/07/2015, o qual dispõe sobre a gestão dos bens móveis de material permanente, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de bens públicos, estabelece inclusive sobre a classificação de material para fins de controle do orçamento público, de apropriação contábil da despesa e de administração patrimonial no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal. Em arremate, foi elaborado ainda em 2015, a Instrução Normativa nº 005/2015 (DOM nº 5.056 de 23/09/15) que institui procedimentos de depreciação e avaliação dos bens móveis e da inserção das taxas de depreciação e registro de lançamentos contábeis padronizados no âmbito dos órgãos e unidades administrativas do Município de Porto Velho.

Atualmente, os bens móveis do Município, adquiridos após o inventário anual de 2015, são cadastrados no sistema de controle patrimonial com os índices de depreciação, conforme vida útil e valor residual. E os bens que já estavam registrados, anteriores ao inventário de 2015, foram efetuados os procedimentos inicialmente de reavaliação, atualizando seus valores ao mercado atual, e, após a reavaliação desses bens, aplicou-se as taxas de depreciação.

Conforme evidenciado, a prefeitura Municipal de Porto Velho- RO tem registrado em seu ativo imobilizado R\$ 430.569.967,39 (quatrocentos e trinta milhões quinhentos e sessenta e nove mil novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) entre bens móveis e imóveis.

Todo esse patrimônio está distribuído entre 70 unidades de saúde, 141 escolas, além das unidades administrativas da administração direta. Muitos desses bens estão localizados em área rural.

A gestão desse volume patrimonial já é naturalmente repleta de muitos desafios, e nesse contexto, o ano de 2020 foi ainda mais difícil, pois além dos reflexos da pandemia decorrente da COVID-19, que instituiu o sistema distanciamento social, esta municipalidade não obteve êxito na implantação de um novo sistema de informática para controle patrimonial, contábil, financeiro e orçamentário.

O novo sistema de gestão patrimonial foi usado entre fevereiro e julho de 2020. Entretanto, após o insucesso na implantação, o trabalho de 6 meses restou prejudicado, e como consequência, gerou atrasos em demandas e intempestividade no atendimento ao controle patrimonial.

Este cenário de dificuldades ocorridas no exercício de 2020 impossibilitou, portanto, a execução do inventário de bens imóveis TC- 16 no âmbito deste município. Por outro lado, foram efetuados os inventários de bens móveis TC 15 e bens em almoxarifado TC 13.



3.3.6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

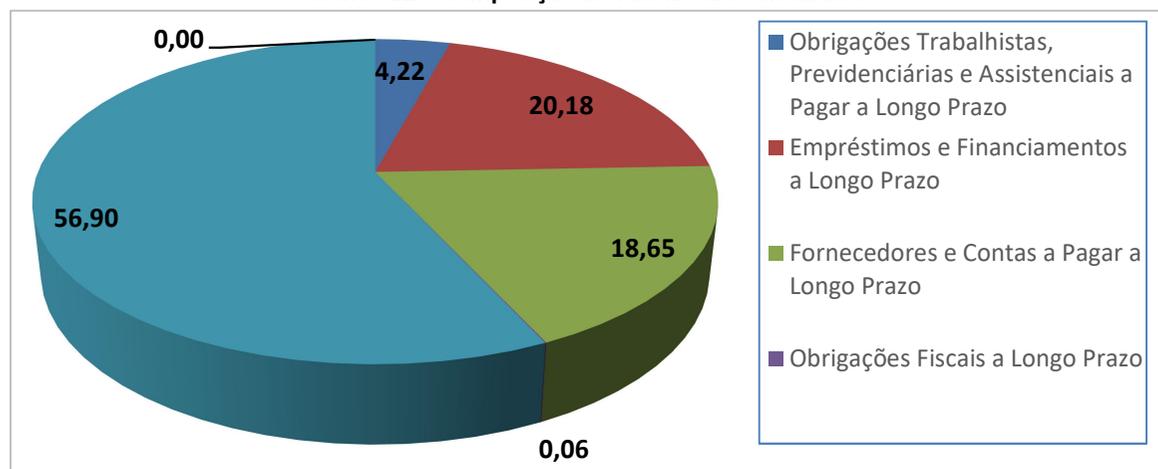
Tabela 24 – Composição do Passivo Não Circulante

Passivo Não Circulante	2020	%	2019	%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	25.096.647,63	4,22	54.577.065,18	6,71
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	120.111.813,22	20,18	106.739.082,28	13,12
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	111.029.081,21	18,65	296.384.768,06	36,43
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	343.002,58	0,06	378.739,03	0,05
Provisões a Longo Prazo	338.732.315,67	56,90	355.455.260,89	43,69
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	0,00	-	0,00
Total do Passivo Não Circulante	595.312.860,31	100,00	813.534.915,44	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

O Passivo Não Circulante tem como item mais representativo as Provisões a Longo Prazo, no valor de R\$338.732.135,67, representando 56,90% do Passivo Não Circulante.

Gráfico 11 – Composição do Passivo Não Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020



3.3.6.1. Provisões a Longo Prazo

No grupo Passivo Provisões a Longo Prazo, estão registradas as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, que evidenciam os valores de benefícios previdenciários a serem pagos e a forma como serão custeados.

O montante de R\$ 4.307.278.035,16 representa o valor provisionado a ser pago, sendo R\$ 1.458.292.630,30 de benefícios concedidos e R\$ 2.848.985.404,86 de benefícios a conceder. Esse montante é custeado pelos servidores ativos, inativos e pensionistas no valor de R\$ 556.568.988,67, pela compensação entre os regimes de previdência no montante de R\$ 416.409,42, pela Prefeitura Municipal como ente patrocinador do regime no montante de R\$ 513.809.465,00 e pelo patrimônio do regime no valor de R\$ 338.732.315,67, que totaliza R\$ 1.409.527.178,76.

Entretanto, essas contribuições e compensações não são suficientes para cobrir o montante de R\$ R\$ 4.307.278.035,16, o que gerou um déficit previdenciário matemático atuarial de R\$ 2.897.750.856,40, a ser custeado pelo Tesouro do Município. Considerando-se o reconhecimento contábil dessa insuficiência financeira, o saldo final da provisão é de R\$ 338.732.315,67, que representa o patrimônio do regime. Abaixo a memória de cálculo e quadro completo do plano de contas das Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo.

Tabela 25 – Memória de Cálculo das Provisões Matemáticas Previdenciárias a LP

MONTANTE A SER PAGO (A)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	1.429.968.396,47	28.324.233,83	1.458.292.630,30
A CONCEDER	1.786.684.808,33	1.062.300.596,53	2.848.985.404,86
TOTAL	3.216.653.204,80	1.090.624.830,36	4.307.278.035,16

FONTES DE RECURSOS / CUSTEIO (B)			
FONTES	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
SERVIDOR INATIVO	41.899.652,46	203.427,00	42.103.079,46
PENSIONISTA	11.217.587,28	-	11.217.587,28
SERVIDOR ATIVO	132.892.554,32	370.355.767,61	503.248.321,93
ENTE - PMPV	132.892.554,32	380.916.910,68	513.809.465,00
COMPENS. PREV.	-	416.409,42	416.409,42
PATRIMÔNIO DO RPPS	-	338.732.315,67	338.732.315,67
TOTAL	318.902.348,38	1.090.624.830,38	1.409.527.178,76



INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A-B)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	1.376.851.156,73	-	1.376.851.156,73
A CONCEDER	1.520.899.699,67	-	1.520.899.699,67
TOTAL	2.897.750.856,40	-	2.897.750.856,40

Nota: O valor a ser pago é de R\$ 4.307.278.035,16; as fontes de custeio somam R\$ 1.409.527.178,76, o que gera uma insuficiência financeira de R\$ 2.897.750.856,40.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	338.732.315,67	355.455.260,89
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	338.732.315,67	355.455.260,89
PROVISÕES A LONGO PRAZO	338.732.315,67	355.455.260,89
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	338.732.315,67	355.455.260,89
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	338.732.315,67	355.455.260,89
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	1.429.968.396,47	2.182.675.705,96
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(41.899.652,46)	(48.809.982,31)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(11.217.587,28)	(19.210.279,43)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(1.376.851.156,73)	(2.114.655.444,22)
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,02	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	1.786.684.808,33	5.225.411.907,12
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(132.892.554,32)	(76.180.029,37)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	(132.892.554,32)	(76.180.029,37)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-	(199.363.157,38)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(1.520.899.699,67)	(4.873.688.691,00)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	28.120.806,83	15.416.425,54
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	28.324.233,83	15.495.708,44
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(203.427,00)	(70.332,98)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-	(8.949,92)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	310.611.508,82	270.107.305,85
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	1.062.300.596,53	797.388.138,87



(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(380.916.910,68)	(270.623.910,07)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(370.355.767,61)	(193.199.238,74)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(416.409,42)	(63.457.684,21)
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	69.931.529,50
AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	-	54.439.494,90
OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	-	15.492.034,60
TOTAL	338.732.315,67	355.455.260,89

Na avaliação atuarial do exercício de 2020, a cobertura da insuficiência financeira ficou em R\$ 2.897.750.856,40, enquanto que em 2019 foi de R\$ 6.988.344.435,22.

Assim, cabe destacar que o valor da insuficiência financeira apurada na avaliação atuarial realizada em 2020 foi de R\$ 2.897.750.856,40, sendo esse valor registrado de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência. Com isso, está sendo excluído o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária. Caso fosse considerado, o patrimônio líquido consolidado da Prefeitura Municipal de Porto Velho, que é de R\$ 1.392.397.771,83, seria negativo no valor de - R\$ 1.505.353.084,57 (R\$ 1.392.397.771,83 - R\$ 2.897.750.856,40).

3.3.6.2. Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Esta conta representa o segundo item mais relevante do Passivo Não Circulante, representando 20,18%, visto o aumento de 7,06 p.p. em relação ao exercício anterior, ocasionado em virtude da contratação de operação de crédito por meio do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA) celebrado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e este município, com liberação de recursos no exercício de 2020 na monta de R\$19.616.467,48 (dezenove milhões e seiscentos e dezesseis mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), destinados ao apoio financeiro de despesa de capital conforme plano de investimento.

3.3.6.3. Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Esta conta representa 18,65% do Passivo Não Circulante, com redução de 17,78 p.p. em relação ao exercício anterior, ocasionado, principalmente, pelas transferências do longo prazo para o curto prazo dos precatórios de pessoal – regime especial. Nela constam os lançamentos dos seguintes Precatórios:



Tabela 26 – Precatórios de Fornecedores LP

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
2.2.3.1.1.04.00.00.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	293.937.708,00	C	189.563.372,36	2.566.933,54	106.941.269,18	C
2.2.3.1.1.04.01.00.00.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - ANTES DE 5/ 5/2	77.265.084,66	C	79.008.256,51	1.743.171,85	-	
2.2.3.1.1.04.02.00.00.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	213.077.938,09	C	107.507.807,18	748.799,35	106.318.930,26	C
2.2.3.1.1.04.03.00.00.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - NÃO VENCIDOS	3.594.685,25	C	3.047.308,67	74.962,34	622.338,92	C
2.2.3.1.1.06.00.00.00.00	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL	-		119.908,32	2.689.368,29	2.569.459,97	C
2.2.3.1.1.06.03.00.00.00	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - NÃO VENCIDOS	-		119.908,32	2.689.368,29	2.569.459,97	C

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

O valor de R\$ 1.518.352,06 que fecha o total da conta de fornecedores e contas a pagar a longo prazo está registrado como renegociação de dívidas com fornecedores, sendo representado por um parcelamento junto a Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron, contrato “CERON UNN/001/2003”, que em sua Cláusula Terceira, descreve que a dívida consolidada e confessada pelo devedor será quitada no prazo de 20 (vinte) anos, com 15 (quinze) meses de carência e em 225 (duzentas e vinte e cinco) parcelas, onde cabe ressaltar que ao final de 2020 a Prefeitura do Município de Porto Velho pagou 194 (cento e oitenta e duas) parcelas, correspondendo a 86,22% (oitenta e seis vírgula vinte e dois por cento) do contrato, restando 31 (trinta e um) parcelas a pagar.

Importante registrar que o Município de Porto Velho optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e posteriormente alterada pela Emenda 94/2016 e mais recentemente pela Emenda 99/2017.

No Município a opção foi formalizada através do Decreto nº 11.588, de 09 de março de 2010. Na prática, no regime eleito o ente deposita mensalmente, em uma conta bancária administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, um determinado percentual da receita corrente líquida, calculado sobre 1/12 (um doze avos) dessa mesma receita, apurada no segundo mês anterior ao mês de pagamento/depósito. Nesse mesmo sentido é a redação dos artigos 97, 2º, do ADCT e 19, caput, da Resolução 115/2010, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 115/2010).

Nesse contexto, cabe destacar os registros contábeis relacionados aos precatórios realizados no exercício de 2020, em conformidade com as informações fornecidas pela Procuradoria Geral do Município – PGM por meio do **Ofício 003/DCP/PGM/2021, de 13/01/2021 (com anexos de I a X)**, que trata sobre a Evidenciação do Valor de Precatórios – Prestação de Contas de 2020.



De acordo com o PLANO DE PAGAMENTO DE 2021 elaborado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia para o Município de Porto Velho, acostado ao Pedido de Providências nº 0000577-62.2018.8.22.000, o valor da dívida de precatórios até 30.06.2020 é de R\$ 323.630.684,57 (trezentos e vinte e três milhões, seiscentos e trinta mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), dos quais foram deduzidos os valores pagos de caráter humanitário na importância de R\$ 1.379.193,54 (um milhão, trezentos e setenta e nove mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e quatro centavos).

O Departamento de Cálculos e Precatórios – DCP da PGM, por sua vez, elaborou cálculos individuais para atualização do estoque de precatórios e apurou como devido o montante de R\$ 193.154.364,42 (cento e noventa e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). Ressalta-se que a diferença em tela se dá em razão da distinção entre as metodologias adotadas pelo Município de Porto Velho e Tribunal de Justiça.

Diante disso, a seguir apresenta-se a composição do saldo de precatório registrado no exercício de 2020.

Tabela 27 – Composição do Saldo de Precatórios

COMPOSIÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS		
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
PRECATÓRIOS QUE COMPÕE A DIVIDA CONSOLIDADA	249.679.708,96	162.209.805,50
PRECATÓRIOS QUE NÃO COMPÕE A DIVIDA CONSOLIDADA	96.708.559,73	30.604.445,10
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	92.354.734,27	26.552.154,78
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/05 (NÃO INCLUIDOS NA DCL)	4.353.825,46	4.052.290,32
TOTAL	346.388.268,69	192.814.250,60
MOVIMENTAÇÃO DOS PRECATÓRIOS		
1) SALDO ANTERIOR		346.388.268,69
(-) Pagamentos de Precatório conforme Ofício 003/DCP/PGM/2021		30.816.234,23
(-) Pcto Humanitários/ Antecipação - Anexo I		1.379.193,54
(-) Pcto de Precatórios pago pelo TJRO - Anexo V		29.437.040,69
(+) VPA ajustes de Precatórios		139.329.189,89
(-) VPD atualização monetária de Precatório		16.571.406,03
2) Total da Movimentação de Precatório		192.814.250,60



3) Saldo Final de Precatórios contabilizado em 31/12/2020	192.814.250,60
(=) Diferença (2-3)	-
4) Valor devido a títulos de Precatórios ¹ (item a - Ofício 003/DCP/PGM/2021)	193.154.364,42
(-) Saldo de Precatórios não localizados até 31/12/2020 (não cadastrados) ²	637.877,07
(+) Saldo de Precatórios TRT - 14 Região contabilizados pela Prefeitura de Porto Velho e não constam na relação do TJRO	-
5) Saldo total devido a título de precatório pelo Município de Porto Velho (TJ e TRT)	192.516.487,35
(=) Diferença (3-5)	297.763,25 ³

¹ Valores corrigidos em consonância com o Saldo Final da planilha de Cálculos elaborados pelo Município de Porto Velho do Plano de Pgto 2021 - (Anexo II do Ofício 003/DCP/PGM/2021).

² Precatório não cadastrados, dados do favorecido insuficientes. Para efetuar a devida contabilização do cadastro de precatório, precisa-se dos dados do Processo, Natureza, valor original, valor corrigido até a data atual e nome completo do favorecido.

³ A diferença de R\$297.763,25 corresponde aos precatórios do TRT registrados outrora na contabilidade, os quais não foram objeto de informação nos documentos enviados pela PGM para fins de evidenciação no exercício de 2020.

A transferência para curto prazo foi efetuada com base no saldo atual da Conta de Depósitos Compulsórios, conta de Ativo Circulante, nível 1.1.3.5.1.08 – Conta Especial – Precatórios que em 31/12/2020, apresentou um saldo disponível de R\$53.203.243,17, e considerando os depósitos que serão feitos no decorrer de 2021, darão suporte para pagamento dos precatórios supracitados.

Tabela 28 – Saldo Atual da Conta de Depósitos Compulsórios

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.0.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO	53.358.350,55	D	30.661.126,85	30.816.234,23	53.203.243,17
1.1.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO CIRCULANTE	53.358.350,55	D	30.661.126,85	30.816.234,23	53.203.243,17
1.1.3.0.00.00.00.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	53.358.350,55	D	30.661.126,85	30.816.234,23	53.203.243,17
1.1.3.5.0.00.00.00.00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	53.358.350,55	D	30.661.126,85	30.816.234,23	53.203.243,17
1.1.3.5.1.00.00.00.00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	53.358.350,55	D	30.661.126,85	30.816.234,23	53.203.243,17
1.1.3.5.1.08.00.00.00	CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	53.358.350,55	D	30.661.126,85	30.816.234,23	53.203.243,17
	Total Geral	53.358.350,55	D	30.661.126,85	30.816.234,23	53.203.243,17

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020



A movimentação detalhada da referida conta no exercício de 2020 pode ser demonstrada da seguinte forma:

Tabela 29 – Movimentação da Conta Especial de Precatórios
MOVIMENTAÇÃO DA CONTA ESPECIAL DE PRECATÓRIOS (1.1.3.5.1.08.01)

Saldo Anterior 31/12/2019	53.358.350,55
(-) Pagamentos de Precatório conforme Ofício 003/DCP/PGM/2021	30.816.234,23
(-) Pgto Humanitários/ Antecipação - Anexo I	1.379.193,54
(-) Pgto de Precatorios pago pelo TJRO - Anexo V	29.437.040,69
(+)Ajuste do Saldo Final	30.661.126,85
(=) SALDO FINAL EM 31/12/2020	53.203.243,17

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

Os depósitos são realizados em contas administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na Caixa Econômica Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da constituição federal e demais instrumentos indicados nos parágrafos anteriores.

Importante registrar que o saldo de R\$ 53.203.243,17 da Conta Especial – Precatórios se encontra em consonância com a soma dos saldos das contas correntes em que os depósitos supracitados são realizados (R\$ 33.515.209,53 + R\$ 19.688.033,64), conforme demonstrado a seguir:

CAIXA Extrato		Data de Emissão: 30/12/2020 - Hora: 08:56:54 #10	
Conta 2848 / 040 / 01518832-4			
Processo			
Tribunal	TJ RONDONIA		
Vara	TRIBUNAL DE JUSTICA - PORTO VELHO/RO		
Número do Processo	00739385320138221111		
Número Único do Processo	00739385320138221111		
Partes	Nome/ Razão Social	CPF/ CNPJ	
Autor	TRIBUNAL DE JUSTICA - PRECATORIOS		
Réu	MUNIC DE PORTO VELHO		
Saldo (R\$)			
Disponível	R\$ 33.515.209,53 C		
Bloqueado	R\$ 0,00		
Total	R\$ 33.515.209,53 C		

CAIXA Extrato		Data de Emissão: 30/12/2020 - Hora: 08:57:49 #10	
Conta 2848 / 040 / 01531493-1			
Processo			
Tribunal	TJ RONDONIA		
Vara	PLENO ADMINISTRATIVO - PORTO VELHO/RO		
Número do Processo	00739410820138221111		
Número Único do Processo	00000000000000000000		
Partes	Nome/ Razão Social	CPF/ CNPJ	
Autor	TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA	111.111.111-11	
Réu	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO	05.903.125/0001-45	
Saldo (R\$)			
Disponível	R\$ 19.688.033,64 C		
Bloqueado	R\$ 0,00		
Total	R\$ 19.688.033,64 C		



3.3.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa. O Balanço Patrimonial, no exercício de 2020, apresentou em seu ativo o montante de R\$2.108.299.405,23, enquanto o passivo totalizou R\$715.901.633,40, tendo como resultado um patrimônio líquido positivo no montante de R\$1.392.397.771,83.

Tabela 30 – Saldo do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

ATIVO							
Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
1.0.0.0.00.00.00.00.00	ATIVO	1.524.450.850,13	D	13.528.134.607,39	12.944.286.052,29	2.108.299.405,23	D

PASSIVO							
Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
2.1.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	66.392.038,13	C	3.497.151.673,58	3.551.348.408,54	120.588.773,09	C
2.2.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	813.534.915,44	C	4.903.713.996,80	4.685.491.941,67	595.312.860,31	C
	Total Geral	879.926.953,57	C	8.400.865.670,38	8.236.840.350,21	715.901.633,40	D

PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
2.3.0.0.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO LIQUIDO	644.523.896,56	C	3.566.148.961,38	4.314.022.836,65	1.392.397.771,83	C

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C	
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.524.450.850,13	C	11.967.014.631,76	12.550.863.186,86	2.108.299.405,23	C	

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

A situação patrimonial positiva demonstrada na tabela acima foi calculada conforme o modelo de Balanço Patrimonial implementado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, que não considera os empenhos a liquidar que foram inscritos em restos a pagar (não processados) como parte componente do passivo circulante, somente os empenhos que foram liquidados (processados) são considerados obrigações a pagar (passivo).



No entanto, para atender a Lei 4.320/64, especificamente ao § 2º do art. 43, quanto ao cálculo do superávit financeiro, existe o quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” que considera os restos a pagar não processados como obrigações a pagar, sendo que ficam registrados no passivo financeiro.

Quadro 06 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	2.108.299.405,23	1.524.450.850,13
ATIVO FINANCEIRO	1.150.822.128,63	1.061.188.543,28
ATIVO PERMANENTE	957.477.276,60	463.262.306,85
PASSIVO (II)	800.301.726,21	983.260.763,91
PASSIVO FINANCEIRO	204.988.865,90	169.725.848,47
PASSIVO PERMANENTE	595.312.860,31	813.534.915,44
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	1.307.997.679,02	541.190.086,22

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2020

Considerando a Lei 4.320/64 quanto à apuração da situação patrimonial o resultado passa a ser de R\$1.307.997.679,02, ainda positivo, porém com o valor menor do que o apurado anteriormente. A diferença entre o valor apurado conforme o MCASP e a Lei 4.320/64 de R\$ 84.400.092,81 (R\$1.392.397.771,83- R\$1.307.997.679,02) é exatamente o valor de restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2020 que passaram para o exercício de 2021.

O quadro dos ativos e passivos financeiros é utilizado para efetuar o cálculo do superávit ou déficit financeiro do exercício, e conforme o § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64, este valor é obtido pela diferença positiva (superávit) ou negativa (déficit) entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo financeiro	1.150.822.128,63	1.061.188.543,28
Passivo financeiro	204.988.865,90	169.725.848,47
Superávit	945.833.262,73	891.462.694,81

O Superávit ou Déficit Financeiro é demonstrado por fonte/destinação de recursos no quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO”, onde podemos visualizar que houve superávit financeiro no exercício de 2020 na ordem de R\$945.833.262,73.

A apuração das variações patrimoniais pode ser visualizada no Demonstrativo das Variações Patrimoniais do exercício de 2020.



O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Período” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$743.200.326,44, ou seja, as variações aumentativas foram maiores do que as diminutivas influenciando diretamente no aumento do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Superávit no exercício de 2020.

Resultado Patrimonial do Período - 2020	
Total das VPAs	3.713.031.354,75
Total das VPDs	2.969.831.028,31
RESULTADO	743.200.326,44

O patrimônio líquido também sofre influencia dos Ajustes realizados no exercício de 2020 referentes a exercícios anteriores, esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$4.673.548,83 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influencia de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, juntamente com o Superávit apurado na DVP de R\$743.200.326,44, alteraram o patrimônio em R\$747.873.875,27 positivamente.

O patrimônio líquido passou então de R\$ 644.523.896,56 em 2019 para R\$ 1.392.397.771,83 em 2020 como reflexo do superávit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.

3.3.8. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Compreendem as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos. Os Atos Potenciais compreendem os atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, como por exemplo, direitos e obrigações conveniados ou contratados, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

3.3.9. ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Compreendem os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio e os Atos Potenciais Passivos compreendem os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.



3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.

3.4.1. A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o Resultado Patrimonial do Período pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

3.4.2. As contas das VPAs são organizadas para registrar os atos e fatos relativos aos acréscimos no benefício econômico, resultante da entrada de recurso (acrécimo do patrimônio líquido), redução do passivo ou aumento do ativo.

3.4.3. As contas das VPDs são organizadas para registrar os atos e fatos relativos aos decréscimos no benefício econômico, resultante da saída de recurso (decrécimo do patrimônio líquido), redução de ativo ou aumento do passivo.

3.4.4. A DVP tem função semelhante à DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do Setor Privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no Setor Público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas através de incorporações e desincorporações ou baixas.

3.4.5. O Resultado Patrimonial apurado neste Anexo 15, Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei 4.320/64 deve ser somado aos ajustes de exercícios anteriores, conta 1572 – Nível 2.3.7.1.1.03.00.00.00.00, para fins do cálculo da Variação do Patrimônio do exercício de 2020.



3.4.6. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

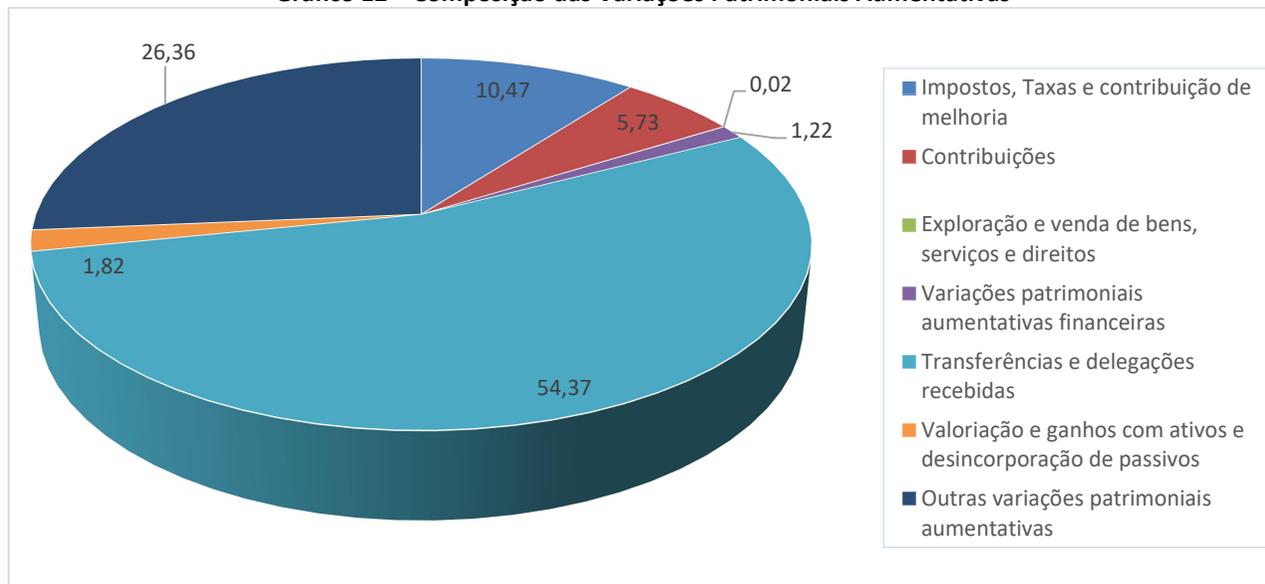
Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas:

Tabela 31 - Composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	Valor	%
Impostos, Taxas e contribuição de melhoria	388.916.594,94	10,47
Contribuições	212.702.110,45	5,73
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	915.551,85	0,02
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	45.281.921,69	1,22
Transferências e delegações recebidas	2.018.913.488,42	54,37
Valoração e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	67.707.924,34	1,82
Outras variações patrimoniais aumentativas	978.593.763,06	26,36
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	3.713.031.354,75	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 12 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020



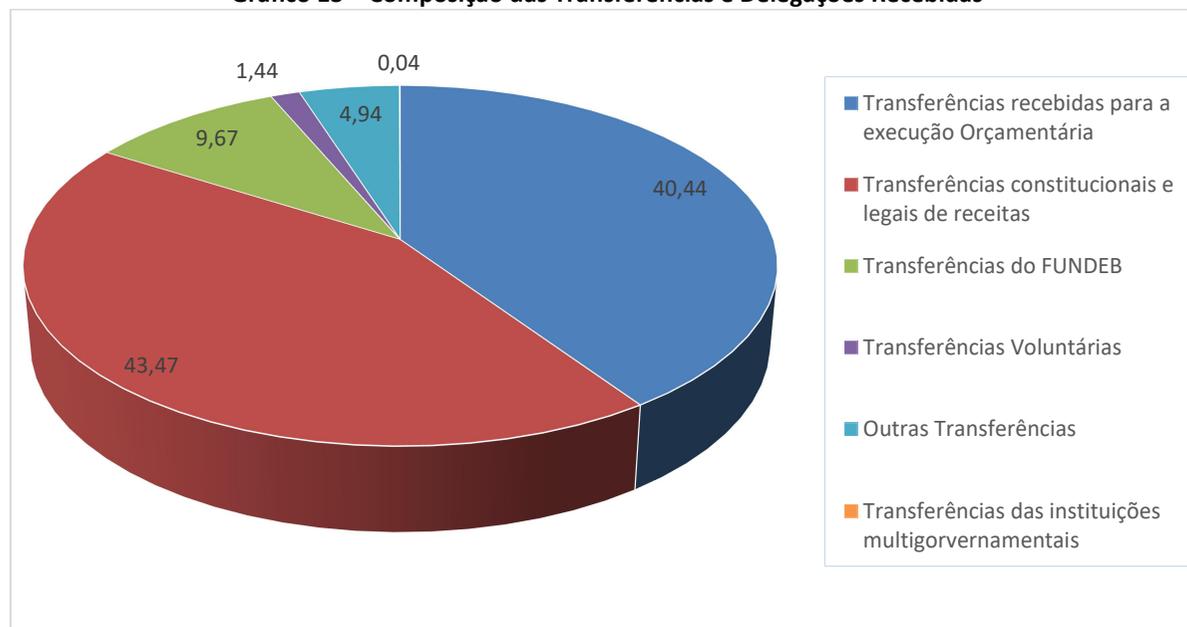
Nas Variações Patrimoniais Aumentativas a conta com o maior valor individualmente é a de Transferências e delegações recebidas, conforme tabela abaixo.

Tabela 32 – Composição das Transferências e Delegações Recebidas

Transferências e delegações recebidas	Valor	%
Transferências recebidas para a execução Orçamentária	816.386.391,01	40,44
Transferências constitucionais e legais de receitas	877.668.539,47	43,47
Transferências do FUNDEB	195.217.091,57	9,67
Transferências Voluntárias	29.064.466,97	1,44
Outras Transferências	99.792.761,22	4,94
Transferências das instituições multigovernamentais	784.238,18	0,04
Total das Transferências e delegações recebidas	2.018.913.488,42	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 13 – Composição das Transferências e Delegações Recebidas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020



3.4.7. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

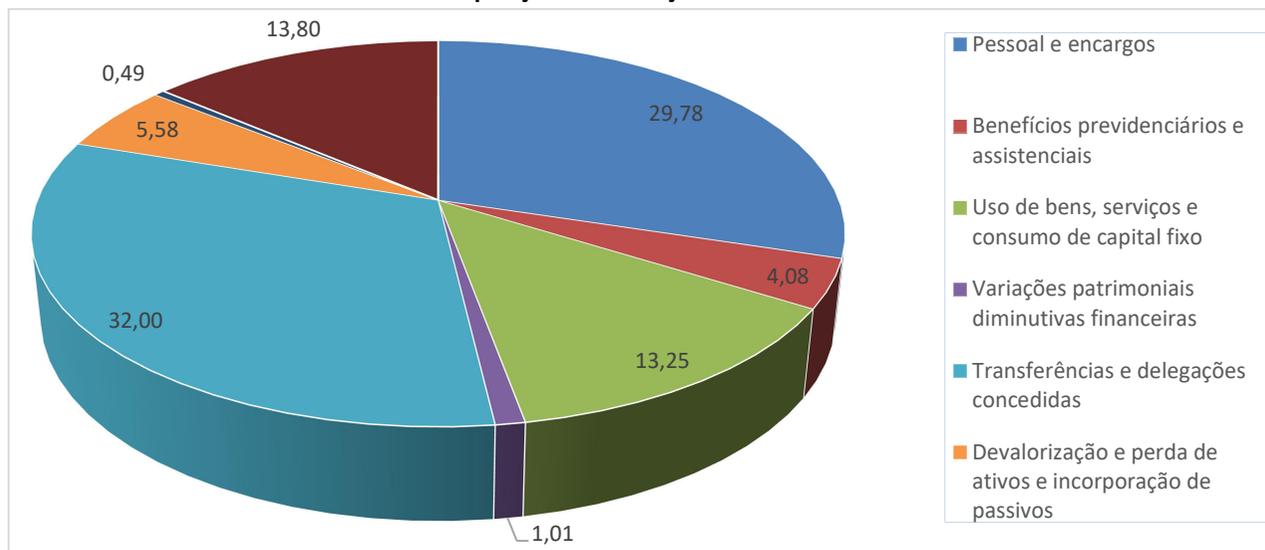
Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 33 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	Valor	%
Pessoal e encargos	884.274.061,58	29,78
Benefícios previdenciários e assistenciais	121.234.877,18	4,08
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	393.630.755,77	13,25
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	30.011.241,04	1,01
Transferências e delegações concedidas	950.471.586,59	32,00
Devalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	165.766.027,92	5,58
Tributárias	14.691.316,00	0,49
Outras variações patrimoniais diminutivas	409.751.162,23	13,80
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	2.969.831.028,31	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 14 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020



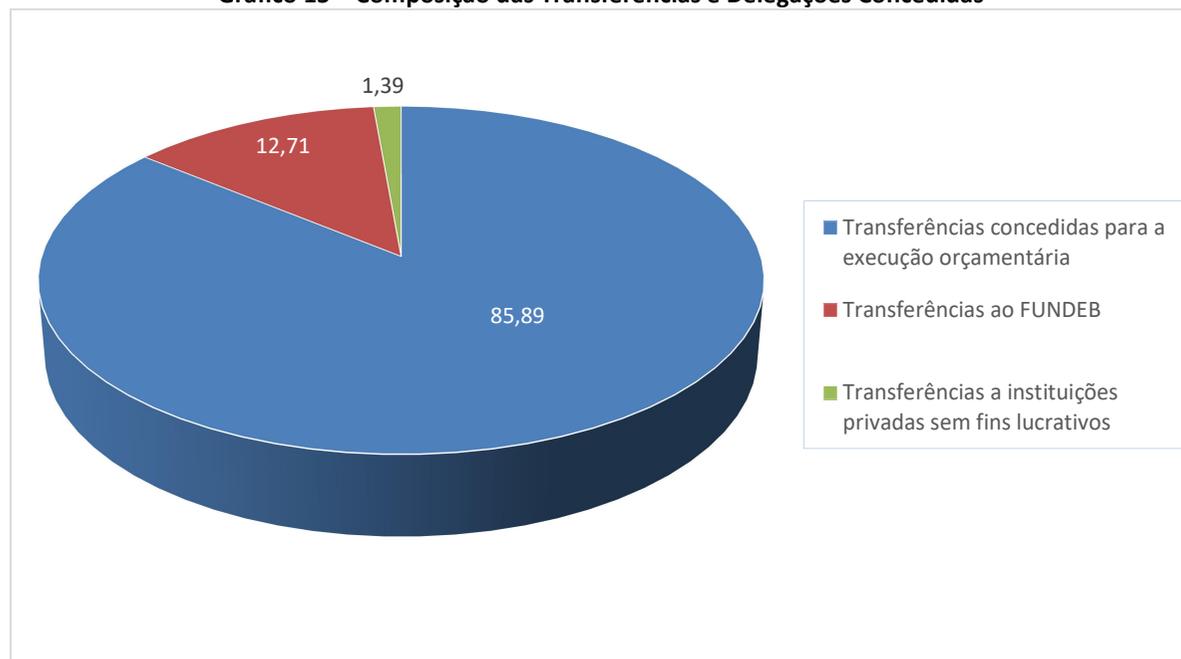
Nas Variações Patrimoniais Diminutivas as contas com os maiores valores são as de Transferências e delegações concedidas e de Pessoal e encargos, conforme tabela abaixo.

Tabela 34 - Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e delegações concedidas	Valor	%
Transferências concedidas para a execução orçamentária	816.403.853,53	85,89
Transferências ao FUNDEB	120.822.941,47	12,71
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	13.244.791,59	1,39
Total das Transferências e delegações concedidas	950.471.586,59	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 15 – Composição das Transferências e Delegações Concedidas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

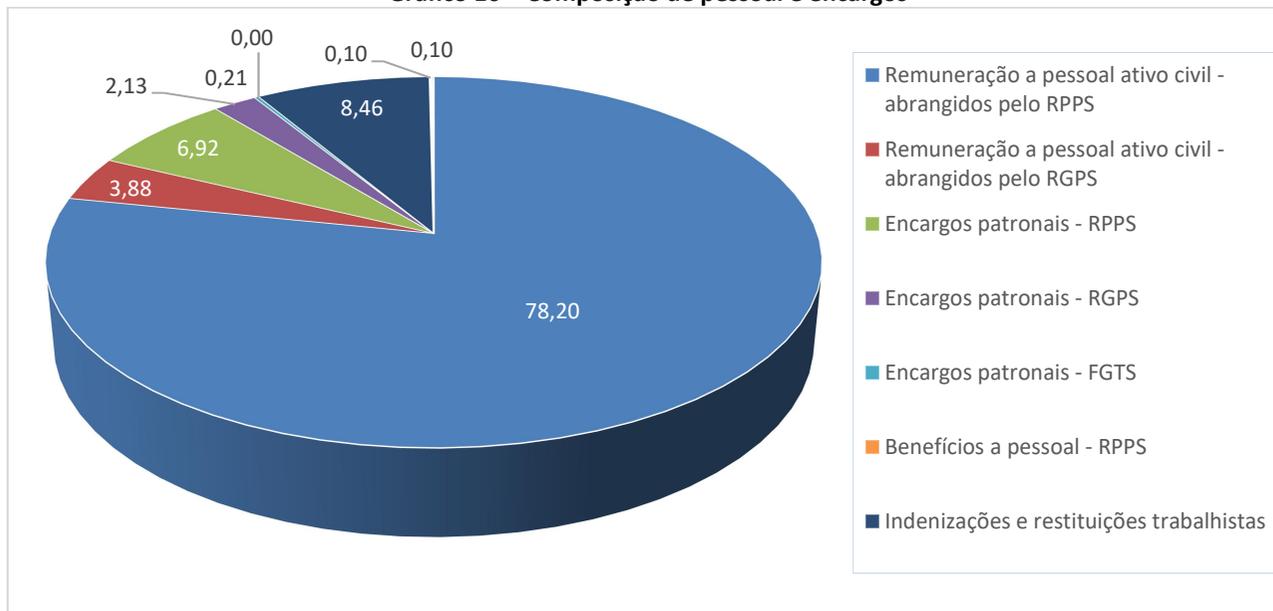


Tabela 35 – Composição do Total de Pessoal e Encargos

Pessoal e encargos	Valor	%
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS	691.502.141,40	78,20
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS	34.345.253,44	3,88
Encargos patronais - RPPS	61.196.831,66	6,92
Encargos patronais - RGPS	18.836.566,99	2,13
Encargos patronais - FGTS	1.856.807,54	0,21
Benefícios a pessoal - RPPS	16.640,82	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	74.779.045,05	8,46
Pessoal requisitado de outros órgãos e entes	854.930,90	0,10
Outras VPD de pessoal e encargos	885.843,78	0,10
Total de Pessoal e encargos	884.274.061,58	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 16 – Composição de pessoal e encargos



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020



3.4.8. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

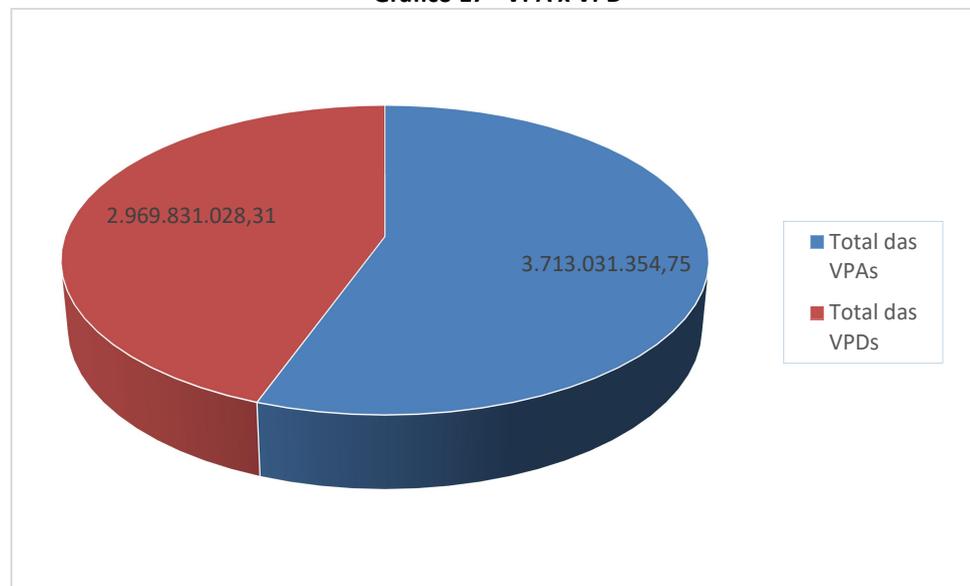
O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Período” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$ 743.200.326,44 positivo, ou seja, as variações aumentativas foram maiores que as diminutivas influenciando diretamente no aumento do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Superávit no exercício de 2020.

Tabela 36 – Resultado Patrimonial

Resultado patrimonial do período - 2020	Valor
Total das VPAs	3.713.031.354,75
Total das VPDs	2.969.831.028,31
Resultado Patrimonial do Exercício 2020	743.200.326,44

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 17 - VPA x VPD



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020



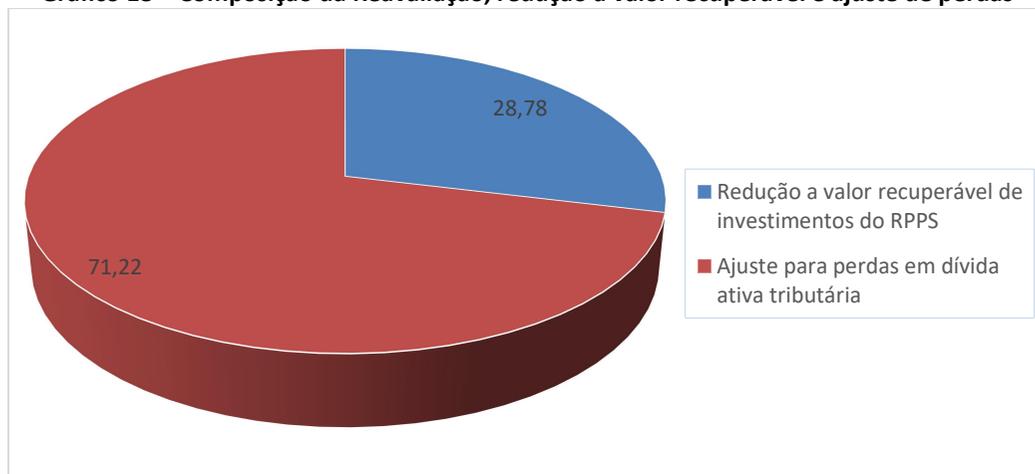
3.4.9 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS

Tabela 37 - Composição da Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste de perdas

Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	Valor	%
Redução a valor recuperável de investimentos do RPPS	43.602.699,67	28,78
Ajuste para perdas em dívida ativa tributária	107.895.668,68	71,22
Total das Reavaliações, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	151.498.368,35	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 18 – Composição da Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste de perdas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

O valor de R\$ 43.602.699,67 refere-se a lançamentos de perdas com investimentos do RPPS, que são lançados mensalmente conforme se verifica se houve ou não perdas. Estes registros são feitos em atendimento a Instrução de Procedimentos Contábeis IPC 09 – Contabilização dos Ganhos e Perdas do RPPS e MCASP.

Quanto ao Ajuste para perdas em dívida ativa tributária no valor de R\$ 107.895.668,68, a 8ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos. Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são



registrados em contas de ajustes de perdas. A metodologia utilizada nessas demonstrações é a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios, sendo que a memória de cálculo está autuada no processo 06.05786/2020.

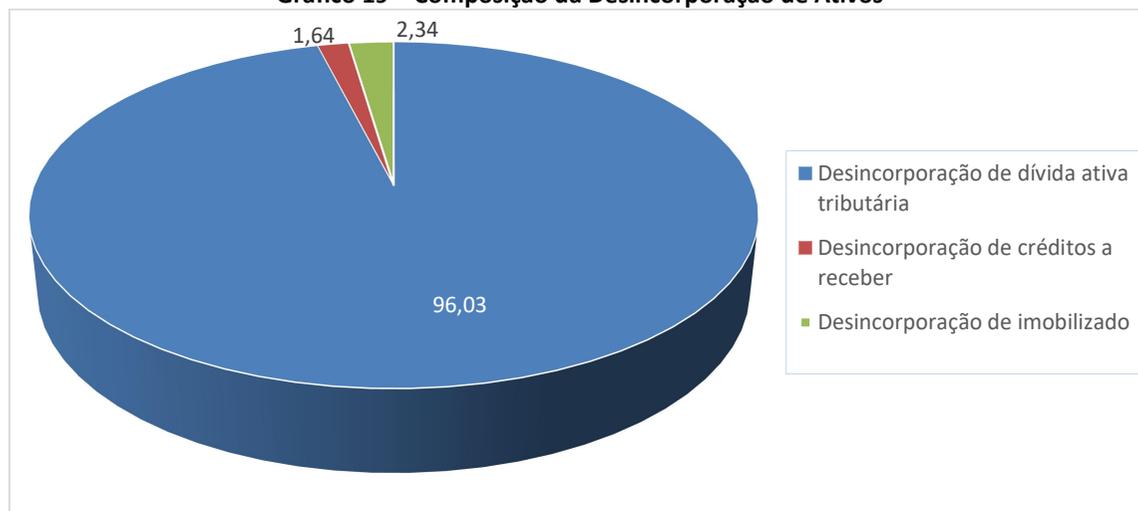
3.4.10. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Tabela 38 – Composição da Desincorporação de Ativos

Desincorporação de Ativos	Valor	%
Desincorporação de dívida ativa tributária	13.672.769,84	96,03
Desincorporação de créditos a receber	233.330,50	1,64
Desincorporação de imobilizado	332.573,43	2,34
Total da Desincorporação de Ativos	14.238.673,77	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 19 – Composição da Desincorporação de Ativos



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

O valor de R\$ 13.672.769,84, se refere a baixa de dívida ativa por prescrições, sentenças judiciais e lançamentos indevidos, reconhecidos através dos processos administrativos 06.00165/2021, 06.00166/2021 e 06.00164/2021 (IPTU); 06.00146/2021 e 06.00160/2021 (ITU); 06.00159/2021 e 06.00163/2021 (TRSD); 06.00153/2021, 06.00154/2021, 06.00149/2021, 06.00155/2021, 06.00152/2021, 06.00156/2021, 06.00151/2021 e 06.00143/2021 (ISS);



06.00147/2021, 06.00150/2021, 06.00141/2021, 06.00144/2021, 06.00158/2021 (Taxa de Alvará e demais taxas); 06.00145/2021 (Auto de Infração) e 06.00162/2021 (Foros), sendo que os procedimentos de baixa foram autuados no processo 06.05786/2020.

A desincorporação de créditos a receber no valor de R\$ 233.330,50 foi realizada visando a baixa de créditos a receber que estavam extintos, como por exemplo títulos da dívida pública do ano de 1993 onde a Prefeitura de Porto Velho não tinha mais a posse desses títulos.

A desincorporação de Imobilizado no valor de R\$ 332.573,43 se refere a baixa pela Unidade Ipam – Fundo de Assistência à Saúde, conforme memorando 63/2020/DSGP e portaria de publicação 285/2020.

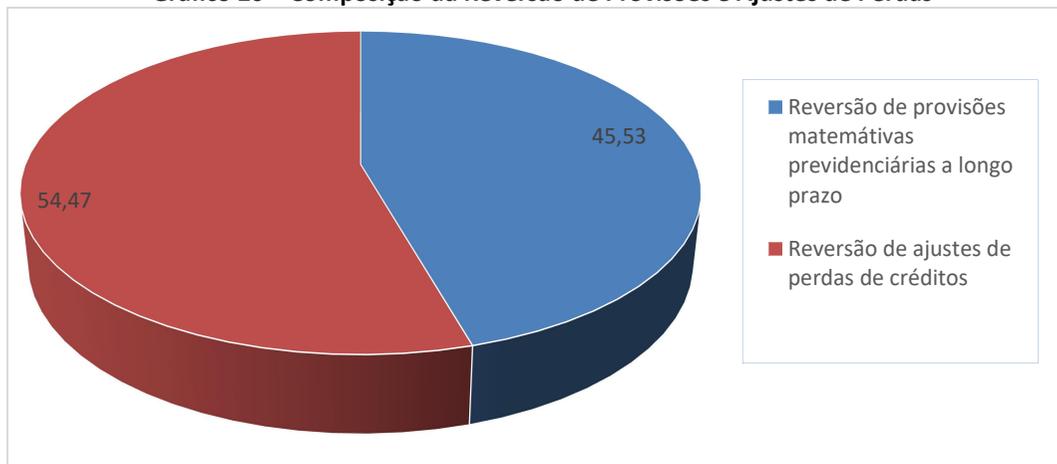
3.4.11. REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS

Tabela 39 – Composição da Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas

Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	Valor	%
Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo	357.514.153,00	45,53
Reversão de ajustes de perdas de créditos	427.679.891,23	54,47
Total da Reversão de provisões e ajustes de perdas	785.194.044,23	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

Gráfico 20 – Composição da Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas





Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2020

O Valor de R\$ 357.514.153,00 refere-se a ajustes na conta Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, sendo que os lançamentos foram subsidiados através de Atuário habilitado. Abaixo podemos visualizar os lançamentos efetuados nesta conta.

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0011 IPAM - FUNDO PREVIDENCIARIO CAPITALIZADO

Conta Contábil: 11569 REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO

Nível Contábil: 4.9.7.1.1.02.00.00.00.00

Movimentação - Atributo Financeiro		Movimentação - Atributo Permanente		Movimentação Contábil	
Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00	Débitos:	0,00	Débitos:	357.514.153,00
Créditos:	0,00	Créditos:	0,00	Créditos:	357.514.153,00
Saldo Atual:	0,00	Saldo Atual:	0,00		

Conta Contábil: 11569 REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO

Movimentação													
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor	
Encerramento Final													
0011	1142852	31/12/2020	Encerramento de Exercício. Encerramento contábil do exercício de 2020.							1570	N/A	357.514.153,00	+
											Saldo Atual:	0,00	+
0011	1140479	31/12/2020	VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTE DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVO ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA, ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1379	N/A	110.293.000,61	-
0011	1140482		VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTE DA PROVISÕES, ANO BASE 2020, CONFORME O DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES, ASSINADO POR ANTÔNIO MARIA RATTES, ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1380	N/A	177.156.528,87	-
0011	1140485		VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTE DA PROVISÕES, ANO BASE 2020, CONFORME O DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES, ASSINADO POR ANTÔNIO MARIA RATTES, ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1388	N/A	54.439.494,90	-
0011	1140488		VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTE DA PROVISÕES, ANO BASE 2020, CONFORME O DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES, ASSINADO POR ANTÔNIO MARIA RATTES, ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1392	N/A	15.492.034,60	-
0011	1140494		VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTE DA PROVISÕES, ANO BASE 2020, CONFORME O DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES, ASSINADO POR ANTÔNIO MARIA RATTES, ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1373	N/A	133.094,02	-
											Saldo Atual:	357.514.153,00	-



O valor de R\$ 427.679.891,23 refere-se a reversão do lançamento de constituição de ajuste para perdas de dívida ativa, que deve ser realizado em todo encerramento de exercício para que seja possível realizar o lançamento de nova provisão para o exercício seguinte. Lançamento abaixo.

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0000 PREFEITURA MUNICIPAL

Conta Contábil: 11575 REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS

Nível Contábil: 4.9.7.2.1.01.00.00.00.00

Movimentação - Atributo Financeiro		Movimentação - Atributo Permanente		Movimentação Contábil	
Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00	Débitos:	0,00	Débitos:	427.679.891,23
Créditos:	0,00	Créditos:	0,00	Créditos:	427.679.891,23
Saldo Atual:	0,00	Saldo Atual:	0,00		

Movimentação													
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor	
Encerramento Final													
0000	1144634	31/12/2020	Encerramento de Exercício. Encerramento contabil exercício 2020.							1570	N/A	427.679.891,23	+
											Saldo Atual:	0,00	+
0000	1137790	31/12/2020	VALOR LANÇAMENTO REF..REVERSÃO DO LANÇAMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE AJUSTE PARA PERDAS DE DÍVIDA ATIVA.							411	N/A	427.679.891,23	-
											Saldo Atual:	427.679.891,23	-

3.4.12. VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES

O valor de R\$ 340.791.207,76 refere-se a ajustes na conta VPD de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, sendo que os lançamentos foram subsidiados através de Atuário habilitado. Abaixo podemos visualizar os lançamentos efetuados nesta conta.



Estado de Rondonia

Razão de Contabilidade

Página 1 de 3

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0010 IPAM - FUNDO PREVIDENCIARIO FINANCEIRO

Conta Contábil: 2338 VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO

Nível Contábil: 3.9.7.2.1.00.00.00.00.00

Movimentação - Atributo Financeiro		Movimentação - Atributo Permanente		Movimentação Contábil	
Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00	Débitos:	0,00	Débitos:	4.304.859.458,20
Créditos:	0,00	Créditos:	0,00	Créditos:	4.304.859.458,20
Saldo Atual:	0,00	Saldo Atual:	0,00		

Movimentação												
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor
Encerramento Final												
0010	1142949	31/12/2020	Encerramento de Exercício. Encerramento do exercício contábil de 2020.							1570	N/A	0,02 -
											Saldo Atual:	0,00 +
0010	1127451	31/12/2020	Lancamento a Credito. AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF. AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1356	N/A	752.707.309,49 -
0010	1127476		Lancamento a Debito. AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF. AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1362	N/A	737.804.287,49 +
0010	1127521		Lancamento a Credito. AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF. AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1364	N/A	3.438.727.098,79 -
0010	1127536		Lancamento a Credito. AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF. AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1365	N/A	56.712.524,95 -
0010	1127555		Lancamento a Credito. AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF. AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1366	N/A	56.712.524,95 -



Movimentação												
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor
0010	1127558	31/12/2020	Lancamento a Debito.AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF.AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1367	N/A	199.363.157,38 +
0010	1127563		Lancamento a Debito.AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF.AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1369	N/A	3.352.788.991,33 +
0010	1127767		Lancamento a Debito.AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF.AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1358	N/A	6.910.329,85 +
0010	1127801		Lancamento a Debito.AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF.AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - FUNDO FINANCEIRO, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.							1359	N/A	7.992.692,15 +

Saldo Atual: 0,02 +



Prefeitura Municipal de Porto Velho

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Unidade Gestora: 0011 IPAM - FUNDO PREVIDENCIARIO CAPITALIZADO

Conta Contábil: 2338 VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO

Nível Contábil: 3.9.7.2.1.00.00.00.00

Movimentação - Atributo Financeiro		Movimentação - Atributo Permanente		Movimentação Contábil	
Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00	Débitos:	0,00	Débitos:	340.791.207,76
Créditos:	0,00	Créditos:	0,00	Créditos:	340.791.207,76
Saldo Atual:	0,00	Saldo Atual:	0,00		

Conta Contábil: 2338 VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO

Movimentação													
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento	Data Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor
Encerramento Final													
0011	1142829	31/12/2020	Encerramento de Exercício. Encerramento contábil do exercício de 2020.								1570	N/A	340.791.207,76 -
												Saldo Atual:	0,00 +
0011	1127005	31/12/2020	VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, REF. AO ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, ASSINADO POR ANTÔNIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA ATUÁRIO RESPONSÁVEL.								1374	N/A	8.949,92 +
0011	1140472		VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVO DO CALCULO ATUARIAL.								1371	N/A	12.828.525,39 +
0011	1140475		VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTES DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS, ANO BASE 2020, CONFORME DEMONSTRATIVO DO CALCULO ATUARIAL.								1378	N/A	264.912.457,66 +
0011	1140490		VALOR LANCAMENTO REF. AJUSTE DA PROVISÕES, ANO BASE 2020, CONFORME O DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES, ASSINADO POR ANTÔNIO MARIA RATTES, ATUÁRIO RESPONSÁVEL.								1381	N/A	63.041.274,79 +
												Saldo Atual:	340.791.207,76 +



3.4.13. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O patrimônio líquido também sofre influência dos Ajustes realizados no exercício de 2020 referentes a exercícios anteriores, esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$ 4.673.548,83 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influencia de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, juntamente com o Superávit apurado na DVP de R\$ 743.200.326,44, alteraram o patrimônio em R\$ 747.873.875,27 positivamente.

O patrimônio líquido passou então de R\$ 644.523.896,56 em 2019 para R\$ 1.392.397.771,83 em 2020 como reflexo do superávit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.

3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (versão Janeiro/2020) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.5.1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

3.5.2. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

3.5.3. FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

No Fluxo de Caixa Operacional os ingressos, estão compostos pelas Receitas Correntes e de Capital, as Transferências Correntes, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos pelas entidades consolidadas do Poder Executivo. Os ingressos operacionais são as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas; e os desembolsos das operações



compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

3.5.4. FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compreendem os ingressos referentes às receitas de alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos e os desembolsos compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

3.5.5. FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Compreendem os ingressos referentes a obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Já os desembolsos de atividades de financiamentos compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida.

3.5.6. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) No Fluxo das Atividades Operacionais, podemos observar a composição dos ingressos, onde a receita é apresentada por sua natureza, novo modelo de apresentação definido pela atualização da IPC 06 - versão 2020. Por este motivo, foi necessária a exclusão do Quadro 1FC que apresentava o detalhamento das Receitas Derivadas e Originárias no exercício anterior, porém adaptamos os saldos de 2019 ao novo modelo exigido.
- b) O Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas corresponde às transferências financeiras recebidas da União e dos Estados mais as transferências intragovernamentais, que apresenta o valor total de transferências entre as unidades gestoras do Município mais outras transferências correntes recebidas e concedidas.
- c) O valor total de Transferências Intragovernamentais recebidas concilia com saldo total das Transferências Financeiras Recebidas na coluna ingressos do Balanço Financeiro, assim como, o valor total de Transferências Intragovernamentais Concedidas também deve coincidir com o valor total de transferências financeiras concedidas na coluna dispêndios do Balanço Financeiro.
- d) Os desembolsos operacionais é composto pela soma das despesas com pessoal e demais despesas por função, juros e encargos da dívida, transferências concedidas mais outros desembolsos operacionais, onde engloba os Pagamentos de Restos a Pagar no exercício e outros pagamentos extra orçamentários, que se referem a depósitos restituíveis e valores vinculados, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.



e) O total da despesa corrente paga no exercício foi de R\$ 1.430.769.948,11 é o somatório da despesa de Pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 913.497.344,24 mais juros e outras despesas correntes de R\$ 517.272.603,87 conforme apresentado na imagem 01 abaixo. No Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, este valor corresponde ao somatório das despesas do Quadro Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por função no valor de R\$ 1.422.164.164.563,10, mais o Quadro Juros e Encargos da Dívida de R\$ 8.605.385,01.

Imagem 01 – Composição da Despesa Total: Funções por Natureza

Estado de Rondonia Prefeitura Municipal de Porto Velho	Demonstrativo de Funcoes por Natureza Exercício de 2020					Folha: 1
	Despesa Paga					
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros/Encargos e Outras Desp.Corr.	Investimentos	Inversoes Financeiras	Amort.Div. e Outras Desp.Cap.	
Legislativa	29.822.182,67	6.121.524,79				
Administracao	260.793.572,30	95.871.517,19	708.063,63			
Assistencia Social		6.007.532,27	66.193,12			
Previdencia Social	124.127.434,94	2.742.677,74	132.194,09			
Saude	243.921.430,88	158.951.808,43	2.348.257,14			
Trabalho						
Educacao	237.253.884,55	88.386.622,28	9.547.947,57			
Cultura	1.695.491,84	2.779.212,44				
Direitos da Cidadania		43.621,32				
Urbanismo	10.284.701,56	70.761.151,56	43.231.855,55		947.664,41	
Habitacao		10.529.422,07	35.297,12			
Saneamento		833.446,89	365.501,34			
Gestao Ambiental						
Ciencia e Tecnologia						
Agricultura		5.759.234,37	1.182.348,41			
Comercio e Servicos		195.150,40	124.000,00			
Transporte		1.534.690,59	385.595,00			
Desporto e Lazer		406.208,56	1.479.330,92			
Encargos Especiais	5.598.645,50	66.348.782,97			10.589.120,33	
Reservas						
Total	913.497.344,24	517.272.603,87	59.606.583,89	0,00	11.536.784,74	

*Pessoal 3.1 = R\$ 913.497.344,24, Juros e Encargos da Dívida 3.2 = R\$ 8.605.385,01, Outras Despesas Correntes 3.3 = R\$ 508.667.218,86

Fonte: Sistema CP Cetil - GOVBR

f) No Demonstrativo apresentado de despesas por função (Imagem 01), pode-se observar que maior parte das despesas pagas, é no fluxo operacional, sendo do valor total pago de R\$ 1.501.913.316,74, um percentual de 60,82% corresponde à despesa de pessoal e encargos sociais, no montante de R\$913.497.344,24.

g) O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2020 foi de R\$ 129.137.960,31 que corresponde à diferença entre os ingressos operacionais R\$ 4.885.255.117,08 e desembolsos no valor de R\$ 4.756.117.156,77, evidenciando o quanto o Município gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios e fazer novos investimentos.



h) Assim, observando os dados acima temos o seguinte:

Tabela 40 – Despesa Total Paga

DESCRIÇÃO	VALOR	%
Pessoal e Encargos Sociais (natureza da despesa 3.1)	913.497.344,24	60,82
Juros/ Encargos e Outras Despesas Correntes (natureza da despesa 3.2 +3.3) ²	517.272.603,87	34,44
Investimentos (natureza da despesa 4.4)	59.606.583,89	3,97
Inversões Financeiras (natureza da despesa 4.5)	0,00	0,00
Amortização da Dívida e outras despesas de capital (natureza da despesa 4.6)	11.536.784,74	0,77
TOTAL DA DESPESA PAGA	1.501.913.316,74	100,00

²Total da Despesa paga nas naturezas de despesas correntes 3.2 e 3.3, sendo R\$ 8.605,385,01 referente a juros e encargos da dívida (3.2.00.00.00.00.00) e R\$ 508.667.218,86 referente a outras despesas correntes (3.3.00.00.00.00.000).

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada – Exercício 2020

- i) As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, no Imobilizado. No Fluxo das Atividades de Investimento do Município em 2020, houve ingressos referente à Alienação de Bens no valor de R\$ 1.136.510,00. Os desembolsos de investimento, que correspondem a Aquisição de Material Permanente, representado pela natureza de despesa de capital 4.4, no montante de R\$ 59.606.583,89 que corresponde o valor total da despesa paga nos elementos 44.90.51 (Obras e instalações R\$ 19.727.874,52), 44.90.52 (Aquisição de Material Permanente R\$ 18.167.554,64) , bem como o pagamento no elemento 44.90.40 (Serviços de Tecnologia PJ R\$ 19.190,00) e 44.90.30 (Material de Consumo R\$ 21.691.964,73), totalizando um déficit nas atividades de investimentos de R\$ 59.606.583,89.
- j) As Atividades de Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e Financiamentos, os ingressos de Financiamentos totalizam em R\$ 23.646.150,85, que corresponde ao (contrato de Operação de Crédito Interna, com a Caixa Econômica - Contrato nº 0349-655-92/2012 Pro Transporte no valor de R\$ 4.029,683,37, e o Contrato nº0531669-28/2019 Programa de Infraestrutura e Saneamento no valor de R\$ 19.616.467,48); e os desembolsos de Financiamentos no valor total pago de R\$ 11.536.784,74, corresponde ao Principal da Dívida Contratual Resgatada no montante de R\$ 6.868.781,81 mais R\$ 4.668.002,93 referente à Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual resgatada. O Município em 2020 captou mais empréstimos e financiamentos do que efetuou pagamentos de dívidas contraídas , gerando um superávit nas atividades de financiamento de R\$ 12.109.366,11.
- k) Vale analisar que, mesmo que as despesas de pessoal representem 60,82% do total da despesa paga, os ingressos operacionais superaram os desembolsos, apresentando um fluxo líquido positivo das atividades operacionais no valor de R\$ 129.137.960,31 juntamente com fluxo positivo nas atividades de financiamento de R\$ 12.109.366,11, pode-se afirmar que esse confronto entre os fluxos amenizou uma parte do déficit no fluxo de caixa de investimento (R\$ 58.470.073,89).



3.5.7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

O saldo dessa conta deve conciliar com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do Balanço Patrimonial. Sabendo que, Depósitos Restituíveis e valores Vinculados, apesar de não compor o Caixa e Equivalente de Caixa do BP, apresentam um saldo de numerário disponível, nas contas correntes de propriedade Prefeitura de Porto Velho, pois constitui numerário nas contas de precatórios do Município, porém administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.

Além disto, os Investimentos e Aplicações Financeiras RPPS, que apesar de estarem no Balanço Patrimonial, em outro nível do Ativo Circulante, são disponibilidades financeiras, de livre movimentação e, portanto “caixa e equivalente de caixa”.

Para melhor apresentação do confronto entre os saldos de caixa dos demonstrativos, tem-se a apresentação da tabela abaixo, onde demonstra que a diferença da conta “CAIXA” entre os demonstrativos não existe, visto que o que acontece é apenas a apresentação diferenciada dessa conta em cada demonstrativo. Cabe mencionar que, o Saldo da Conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (NC 1.1.3.5) estão apresentados em destaque no Balanço Financeiro, porém no Balanço Patrimonial ela compõe o saldo da conta Crédito a Curto Prazo.

Tabela 41 – Confronto dos Saldos de Caixa

DESCRIÇÃO	VALOR
1. Caixa e Equivalente de Caixa (Balanço Financeiro)	1.082.006.967,15
Nível 1.1.1.1.1.19 - Banco conta corrente	2.130.069,69
Nível 1.1.1.1.1.50 - Banco conta aplicação	373.708.866,27
Nível 1.1.4 - Aplicações RPPS	706.168.031,19
2. Caixa e Equivalente de Caixa (Balanço Patrimonial)	1.082.006.967,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	375.838.935,96
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	706.168.031,19
(=)Divergência 1-2 (a)	0,00
3 . Saldo que Passa Exercício Seguinte (Balanço Financeiro)	1.136.810.027,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.082.006.967,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.803.059,95
4 . Caixa e Equivalente de Caixa Final (Demonstração Fluxo de Caixa)	1.136.810.027,10
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.054.032.774,57
Geração Líquida de Caixa (Demonstração Fluxo de Caixa)	82.777.252,53
(=)Divergência 3-4	0,00
1. Caixa e Equivalente de Caixa (Balanço Financeiro)	1.082.006.967,15
3 . Saldo que Passa Exercício Seguinte (Balanço Financeiro)	1.136.810.027,10
(=)Divergência 1-3*	54.803.059,95



Por fim, não é demais frisar que em observância a Instrução de Procedimento Contábil – IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, a movimentação da Conta Depósitos Restituíveis e valores Vinculados deve ser evidenciada no Balanço Financeiro como na DFC, visto que se trata de recebimentos extra orçamentários, pois conforme o PCASP 2020 compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo. Essa informação também deverá constar na DFC, visto que, a exclusão desse valor no Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC poderia gerar análise de forma equivocada quanto à disponibilidade de caixa do município.

3.7. PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AOS ACÓRDÃO ANTERIORES

- a) **Rotinas de Conciliação Bancária (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – O Departamento de Contabilidade – DEC/SEMFAZ elaborou a Instrução Normativa 006/2019 que Normatiza os procedimentos de registros de receitas, despesas e movimentações financeiras para fins de elaboração da conciliação bancária das unidades da administração direta e indireta do Município, aprovada pelo Decreto nº 16.436, de 10 de dezembro 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – Nº 2606 de 11 de dezembro de 2019.
- b) **Rotinas de Procedimentos Contábeis para Registros e Controle do Déficit Atuarial (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – O Município cumpre a legislação previdenciária, que entre outras obrigações determina a realização anual dos Cálculos Atuariais, cujo resultados estão registrados contabilmente, e inseridos em Notas Explicativas (Item: Provisões a Longo Prazo).
- c) **Elaboração de Manual de Procedimentos Contábeis (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – No âmbito da legislação municipal há atos normativos que atendem parte dos itens consignados nesta ressalva, a exemplo do Decreto nº 15.035, de 26 de janeiro de 2018 que aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Fazenda, onde constam as atribuições do Departamento de Contabilidade e suas divisões, assim como, a Portaria 001/2013 que trata do encerramento mensal e outros cujo o controle são realizados pelas divisões responsáveis (ex. Divisão de Contabilidade Geral e Divisão de Demonstrativos e Prestação de Contas). Assim, o Departamento de Contabilidade, através da Divisão de Elaboração de Normas e Procedimentos Contábeis avaliará a necessidade e oportunidade de consolidar essas normas, bem como, elaborar as demais no Exercício 2020.
- d) **Medidas de Redução do Impacto Déficit Atuarial (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – Em 27 de dezembro de 2010 foi sancionada a Lei Complementar nº 404 que dispôs sobre a alteração da Lei Complementar nº 227, de 10 de novembro de 2005, que trata do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Porto Velho, onde, resumidamente revoga o Título I da lei complementar anterior (LC nº 227/2005), reestruturando a Regime Próprio



de Previdência Social. No artigo 15 o Município constitui a Segregação de Massa, separando os segurados vinculados ao RPPS em dois grupos distintos denominados Plano Financeiro (Fundo Financeiro) e Plano Previdenciário (Fundo Capitalizado). Assim temos: a) **Regime Financeiro de Repartição Simples (Fundo Financeiro)** – Gerido pelo sistema de repartição simples, formado pelos servidores que ingressaram no Município até 10/12/2017 e b) **Regime Financeiro de Capitalização (Fundo Capitalizado)** – Gerido pelo sistema capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram no Município a partir 11/12/2017. Os recentes acompanhamentos atuariais, tem demonstrado a necessidade de adoção de medidas mitigatórias em relação ao déficit referente ao Fundo Financeiro sob pena de exaurir os recursos em curto intervalo de tempo. Nesse contexto, o Município adotou as seguintes providências:

- Instituiu através do Decreto nº 15.452, de 24 de setembro de 2018 Comissão de análise dos relatórios de Avaliações Atuariais dos Fundos de Previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do Município, que apresentou as seguintes recomendações: a) **Doação de Terreno** (Efetivado – Lei nº 2.550, de 07 de dezembro de 2018); b) **Aporte Financeiro** (A Prefeitura irá realizar aportes financeiros em cumprimento a alínea “a”, § 1º, Art. 15 da Lei Complementar nº 404/2010; c) **Transferência de responsabilidade para o Município das despesas decorrentes de Auxílio Doença, Auxílio-Reclusão, Afastamento Maternidade e Salário-Família** (Efetivado a partir de novembro/2019); d) **Contratação de Serviços Atuariais** com assessoria constante (Efetivado a partir de Abril/2019) e e) **Transferência para o Fundo Financeiro da Economia da Taxa de Administração na ordem de R\$ 15 milhões** (Efetivado em Dezembro/2019);
- Instituiu através do Decreto nº 16.255, de 15 de outubro de 2019 Grupo de Trabalho com objetivo de promover estudos destinados a adequações legislativas e implementações de ações, com objetivo de atender as alterações da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que “Dispõe sobre regras gerais para organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdências social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, através da Lei nº 13.846/2019 (Em andamento, podendo destacar que já foi encaminhando ao legislativo o Projeto de Lei alterando as alíquotas de contribuição de 11% para 14% nos termos da Emenda Constitucional 103/2019).
- Instituiu através do Decreto nº 16.487, de 27 de Dezembro de 2019 Grupo de Trabalho visando o atendimento do disposto na alínea “a”, § 1º do art. 15, da Lei Complementar Municipal nº 404, de 27 de dezembro de 2010, com objetivo apurar e certificar eventual diferença entre a arrecadação das contribuições previdenciárias e o valor gastos com os benefícios e despesas de administração relativamente ao Fundo Financeiro, gerido pelo sistema de repartição simples e constituído pelo grupo de servidores admitidos até a data de 10 de dezembro de 2007, na forma da definida na legislação em referência no parágrafo anterior (Em andamento).



e) **Plano de Ação com vistas a promover a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do Município (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – A Secretaria Municipal de Fazenda, através da Subsecretaria da Receita Municipal protocolou junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCERO em 23/08/2019 o Ofício nº 169/SUREM/SEMFAZ/2019 contendo o Plano de Ação do órgão (ID 805558).

f) **Medidas judiciais e/ou administrativas, tal como a utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários ou não tributários, de modo a elevar a arrecadação dos créditos inscritos na dívida ativa (APL TC 00381/2017, – Processo 01200/2012. APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017 e APL TC 00082/2019 – Processo 01646/2018)** – Como ações/medidas tomadas em cumprimento à determinação em apreço, registra-se a Lei Complementar nº 692, de 14.11.2017, bem como o Convênio nº 005/PGM/2019, de 29.06.2019 – Processo nº 04.4092-00/2016 (em anexo). Em complemento, registramos o Ofício nº 082/SPDA/PGM/2020, de 11.11.2020, no qual a Procuradoria Geral do Município – PGM, em resposta ao Ofício nº 297/DEC/SUFIN/SEMFAZ, pontua, especificamente no item 2, subitem 2.3, o andamento do feito.

g) **Realize os ajustes necessários para sanear as distorções identificadas na auditoria quanto às informações dos Balanços que compõe a Prestação de Contas (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – considerando as razões/justificativas apresentadas em sede de defesa na ocasião da análise técnica da Prestação de Contas referente ao exercício de 2016, não vislumbramos a necessidade de tais ajustes serem realizados, motivo pelo qual não foram objeto de nota explicativa nos Balanços do exercício de 2019.

h) **Determinações relacionadas aos procedimentos contábeis apresentados nas Demonstrações (APL TC 00082/2019 – Processo 01646/2018: APL TC 205/2015 – Processo 1595/2015, Item III, subitem 1, 3 e 5; e, APL TC 00484/2016 – Processo 1404/2016, item III)** – Os itens dos Acórdãos em questão possuem correlação, razão pela qual apresentamos as medidas tomadas de forma consolidada: O Departamento de Contabilidade – DEC/SEMFAZ no decorrer dos exercícios após ciência das determinações contidas nos itens em destaque, envidou esforços e adotou medidas de modo a aprimorar a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis do município de Porto Velho, em especial quanto à apresentação pormenorizada das informações pertinentes a cada balanço/demonstrativo por meio de Notas Explicativas, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; Normas e Orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN: Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e, Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC (Metodologia para Elaboração dos Balanços/Demonstrações); bem como, com o Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal – TCERO, conforme pode ser observado nas peças apresentadas na Prestação de Contas a partir do exercício de 2018.



i) **Elaboração de Manual de Procedimentos Orçamentários (APL TC 00454/2018 – Processo 01817/2017)** – Para subsidiar as atividades relacionadas à execução orçamentária, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG informou por meio do ofício nº 0030/GAB/SEMPOG/2021, de 26.01.2021, que utiliza os seguintes manuais disponíveis no Portal da Transparência do Município de Porto Velho (menu: Planejamentos e Orçamentos), quais sejam: Manual de Elaboração do Plano Plurianual; Manual de Avaliação do Plano Plurianual; e, Manual Técnico de Orçamento. Todavia, para fins de consolidação e melhoria nas rotinas orçamentárias em atendimento a determinação do TCERO, foi instituída uma Comissão de Trabalho visando dar materialidade a elaboração do Manual de Procedimentos Orçamentários da Prefeitura do Município de Porto Velho, por meio do Decreto Municipal nº 17.135, de 15 de Janeiro de 2021 (Publicado dia 27.01.2021 no DOM Nº 2890), composto por membros da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG, Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ e Controladoria Geral do Município – CGM.

Luiz Henrique Gonçalves
Diretor do Departamento de Contabilidade

João Altair Caetano dos Santos
Secretário Municipal de Fazenda

Patrícia Damico do Nascimento Cruz
Controladora Geral do Município

Hildon de Lima Chaves
Prefeito